

2019

**RELATÓRIO
DE CONTAS
2019**



ÍNDICE

1.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	1
1.1	ENQUADRAMENTO MUNICIPAL	2
2.	ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	3
2.1	MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA.....	3
2.2	RECEITAS.....	4
2.2.1	RECEITAS CORRENTES	7
2.2.2	RECEITAS CAPITAL	8
2.2.3	OUTRAS RECEITAS	10
2.2.4	RECEITA POR GRANDES AGREGADOS	10
2.2.5	RECEITA LIQUIDADADA POR COBRAR.....	18
2.3	DESPEAS.....	19
2.3.1	DESPEAS CORRENTES.....	22
2.3.2	DESPEAS DE CAPITAL.....	23
2.2.3	DESPEAS POR GRANDES AGREGADOS.....	25
2.2.4	DESPESA POR ORGÂNICA	32
2.2.5	COMPROMISSOS	33
3.	GRANDES OPÇÕES DO PLANO	35
4.	ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	38
4.1	SITUAÇÃO PATRIMONIAL - ANÁLISE AO BALANÇO	38
4.1.1	IMOBILIZADO	41
4.1.2	CIRCULANTE.....	43
4.1.3	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS.....	44
4.1.4	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	44
4.1.4.1	FUNDOS PRÓPRIOS.....	45
4.1.4.2	PASSIVO	46
4.2	FINANCIAMENTO BANCÁRIO E ENDIVIDAMENTO.....	49
4.3	ENDIVIDAMENTO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	51
4.4	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL E INDICADORES FINANCEIROS	52
5.	ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PERÍODO E SUA EVOLUÇÃO	54
5.1	ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	54
5.2	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS FECHO DO EXERCÍCIO	58
5.3	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	59



1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Tendo em conta o ambiente global em que vivemos, os impactos de fatores externos acabam por afetar de alguma forma a nossa realidade.

De seguida, apresentamos um breve enquadramento Macroeconómico, enumerando alguns factos abrangentes e significativos da conjuntura económica mundial e nacional que poderão influenciar a atuação e os resultados da Autarquia no exercício económico em análise.

Deste modo,

Em 2019, o PIB em volume registou um decréscimo de 0,4 pontos percentuais (p.p), posicionando-se nos 2,2 p.p em volume, face ao verificado em 2018, segundo os dados estatísticos emitidos pelo INE - Instituto Nacional de Estatística, confirmando o arrefecimento económico já verificado no ano anterior. Ainda assim, o crescimento da economia portuguesa ficou acima da média da União Europeia e da Zona Euro, que se situaram nos 1,5% e 1,2%, respetivamente.

No caso da Economia Portuguesa, o desvio verificado justifica-se tanto pelo contributo da procura interna de 2,7 p.p. (3,1 p.p em 2018), o qual reflete um menor crescimento do consumo privado, assim como pelo comportamento da procura externa líquida que registou um contributo de -0,6 p.p. (-0,4 p.p em 2018).

De salientar que o ano de 2019 veio a confirmar as previsões de um exercício difícil para a economia da União Europeia, assim como para a Zona Euro, dado que o comportamento de ambas as economias, apresentaram abrandamentos face aos registados em 2018 que se situaram em 1,9% e 1,8%. De lembrar que a atividade económica global foi afetada pelas crescentes tensões comerciais entre os EUA e a China; pelo escalar de conflitos geopolíticos e, no caso Europeu mais concretamente, merece destaque o processo de saída do Reino Unido.

A taxa de desemprego em 2019 fixou-se nos 6,7 %, menos 0,3 p.p., mantendo a tendência decrescente já confirmada em 2018, contudo ainda longe das previsões (6,3 p.p) efetuadas pelo Ministério das Finanças no cenário macroeconómico subjacente à proposta de Orçamento de Estado para 2019. Ainda relativamente ao mercado de trabalho uma menção para a taxa de emprego que se fixou em 62,4%, valor igual ao atingido em período homólogo.

Relativamente à taxa de inflação (índice de preços no consumidor), a mesma registou uma taxa de variação média anual de 0,3%. Verificou-se assim a quebra da média anual nos preços de bens e serviços, que tinha ficado em 1% em 2018. De salientar, que a taxa de inflação na Zona Euro no ano de 2019, cifrou-se em 1,3%, valor ainda distante do objetivo de 2% definido pelo Banco Central Europeu. Este afastamento é, em grande parte, justificado pelo abrandamento nos preços de energia.

De referir que o saldo global das administrações públicas, ajustado por subsector, foi de menos 987 milhões de euros, o que corresponde a um aumento homólogo de 1,2 milhões de euros. Este aumento do saldo global das administrações públicas em 2019, decorre do fato do crescimento da receita efetiva ter sido superior ao da despesa efetiva.



Outro elemento que merece destaque é o setor do turismo, o qual tem tido um contributo importante para a manutenção da capacidade de financiamento da economia portuguesa face ao exterior. Este setor tem vindo a ganhar importância no Produto Interno Bruto e no emprego e segundo os dados preliminares apontam para uma taxa de crescimento na ordem dos 4,1%, para a globalidade do ano de 2019.

1.1 ENQUADRAMENTO MUNICIPAL

O Município de Setúbal, ao longo do exercício de 2019, continuou a sua aposta no marketing territorial enquanto ferramenta que permite promover o território para diferentes grupos, procurando ativamente novos investimentos para o concelho nos mais variados setores da economia, quer de capital estrangeiro quer de capital nacional, reforçando e diversificando o tecido empresarial, no sentido da criação de novos postos de trabalho.

De destacar que em 2019, a Câmara Municipal de Setúbal fortaleceu a posição no Top 10 no Portugal City Branding dos municípios mais apelativos para viver, visitar e investir, ao subir ao nono lugar, tendo conquistado lugares de destaque no Rating Municipal Português.

Para tal, foram efetuados investimentos públicos na requalificação urbana do concelho, renovando vias rodoviárias e praças, apostando em arte pública, em novos e qualificados equipamentos culturais e turísticos, cuja oferta constitui, atualmente, um forte atrativo.

Várias foram as atividades desenvolvidas por este Município, as quais contribuíram para o desenvolvimento da Cidade e o aumento da qualidade de vida e bem-estar dos seus munícipes, das quais se destaca a construção das bacias de retenção da Várzea, o início da construção do novo terminal intermodal de Setúbal, a requalificação do Bairro dos Pescadores e Grito do Povo, a HUB10 - Plataforma Humanizada de Conexão Territorial, a Requalificação do Parque Escolar – 2ª e 3ª fases, o Ciclopset- Reperfilamento da Av. Manuel Maria Portela e Estrada dos Ciprestes, entre outros.

Importa realçar a adesão do Município ao Programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos (PART), o qual se destina a contribuir para a redução tarifária nos transportes públicos coletivos e ao aumento da oferta de serviços, tendo por objetivo “combater as externalidades negativas associadas à mobilidade, nomeadamente o congestionamento, a emissão de gases de efeito de estufa, a poluição atmosférica, o ruído, o consumo de energia e a exclusão social”. Esta medida para a qual a Autarquia contribui anualmente com um investimento da ordem dos dois milhões de euros, representou uma redução significativa no preço pago nos passes sociais pelos munícipes.

A política de proximidade com a população e a sua participação na gestão autárquica em muito tem contribuído para a dinamização da Cidade e do Concelho. A este propósito, destacamos alguns projetos: o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, “Setúbal mais bonita”, e o projeto “Ouvir a população, Construir o Futuro”.

Em 2019, a Câmara Municipal de Setúbal continuou a prossecução dos seus objetivos através de salutar métodos de gestão participada, visando o equilíbrio das finanças locais, sem comprometer o desenvolvimento e a criação de riqueza no seu território.



2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1 MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA

O mapa resumo dos fluxos de caixa apresenta todos os influxos e efluxos financeiros ocorridos no exercício, assim como os saldos iniciais e finais, refletindo deste modo os saldos das disponibilidades registados na contabilidade patrimonial.

Diferencia os recebimentos e os pagamentos relativos à execução orçamental, dividindo-os em correntes e de capital, bem como, em operações de tesouraria (valores recebidos ou retidos em numerário pela Autarquia, referentes a contribuições para a Segurança Social, ADSE, CGA, Sindicatos, Ordens Socio-Profissionais, Cauções, entre outros, para posterior entrega a essas Entidades).

No mapa seguinte os valores apresentados são expurgados dos efeitos relativos às amortizações, provisões e de acréscimos, o que torna simples a análise do processo de despesa e de receita e dos saldos de gerência relativamente à sua origem.

QUADRO 1 – RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA, 2019

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência Anterior	2 006 447,34 €	Despesas Orçamentais	91 793 805,06 €
Execução Orçamental	57 645,47 €	Correntes	65 129 156,82 €
Operações de Tesouraria	1 948 801,87 €	Capital	26 664 648,24 €
Receitas Orçamentais	91 740 782,99 €	Operações de Tesouraria	6 819 680,06 €
Correntes	76 626 975,40 €	Saldo para a Gerência Seguinte	2 126 919,55 €
Capital	15 046 806,55 €	Execução Orçamental	4 623,40 €
Outras	67 001,04 €	Operações de Tesouraria	2 122 296,15 €
Operações de Tesouraria	6 993 174,34 €		
Total	100 740 404,67 €	Total	100 740 404,67 €

O saldo da gerência anterior foi de 2 milhões de euros, desdobrado em disponibilidades provenientes de operações orçamentais, de 58 milhares de euros e de operações de tesouraria, de 1,9 milhões de euros.

No corrente exercício, as receitas cobradas ascenderam a 91,7 milhões de euros, enquanto os pagamentos, totalizaram o valor de 91,8 milhões de euros.

Desagregando as receitas e as despesas em partes, corrente e de capital, observa-se que as receitas correntes cobradas excederam em 17,7% as despesas. Todavia, no segmento de capital, as receitas orçamentais registam um valor inferior em 77,2% às despesas, o que corresponde em valores absolutos a menos 11,6 milhões de euros.



Relativamente às operações de tesouraria, o valor dos recebimentos do ano, acrescido do saldo inicial, superou os pagamentos realizados, no montante de 2,1 milhões de euros, conjugando com a parte da execução orçamental (4K €), resulta um Saldo de Gerência de 2,1 milhões de euros, a transitar para 2020.

A variação entre o saldo de gerência anterior e o saldo de gerência seguinte, está apresentada no quadro seguinte:

QUADRO 2: SALDOS NO INÍCIO E NO FIM DO EXERCÍCIO, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Execução Orçamental:						
Saldo da Gerência Anterior	6 024 866	1 184 730	85 244	57 645	-27 599	-32%
Saldo para a Gerência Seguinte	1 184 730	85 244	57 645	4 623	-53 022	-92%
Variação anual	-4 840 136	-1 099 486	-27 599	-53 022		
Operações de Tesouraria:						
Saldo da Gerência Anterior	1 486 763	1 542 796	1 586 292	1 948 802	362 510	23%
Saldo para a Gerência Seguinte	1 542 796	1 586 292	1 948 802	2 122 296	173 494	8%
Variação anual	56 033	43 495	362 510	173 494		

2.2 RECEITAS

Para uma melhor análise da receita total, iremos reparti-la em receitas correntes e de capital, com uma soma parcial ou subtotal. Abaixo encontramos as outras receitas, desagregadas em reposições não abatidas nos pagamentos e no saldo de gerência anterior. A análise sem consideração do saldo utilizado da gerência anterior, favorece uma melhor compreensão das cobranças efetuadas no ano.

QUADRO 3: RECEITA TOTAL, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019			Taxa Exec %	Δ 2019/2018, %
				Previsão	Liquidação	Cobrança		
Receita Corrente	70 336 854	72 465 411	71 979 583	94 073 955	77 274 930	76 626 975	82%	6%
Receita Capital	12 897 720	8 591 488	16 722 477	36 993 000	15 066 496	15 046 807	41%	-10%
Subtotal	83 234 574	81 056 899	88 702 060	131 066 955	92 341 426	91 673 782	70%	3%
Outras Receitas:	6 068 491	1 243 125	149 791	57 645	130 304	124 646	216%	-17%
Reposições n/Abatidas nos Pag	43 626	58 395	64 547	0	72 659	67 001		4%
Saldo da Gerência Anterior	6 024 865	1 184 730	85 244	57 645	57 645	57 645	100%	-32%
Total Receitas	89 303 065	82 300 024	88 851 851	131 124 600	92 471 730	91 798 428	70%	3%
Total s/ Saldo da Gerência Anterior	83 278 200	81 115 294	88 766 607	131 066 955	92 414 085	91 740 783	70%	3%

A Receita Total de 2019 fez o montante de 91,8 milhões de euros, estando incluso o valor do saldo de gerência anterior. Excluindo o efeito causado pela utilização do saldo, as cobranças de 2019 totalizaram 91,7 milhões de euros, registado um incremento de 3%, comparando com o ano anterior.



Da análise no quadro supra, podemos verificar que a receita corrente apresenta uma tendência crescente, registando-se uma subida de 6% em 2019, o que representa em termos globais, um acréscimo de 4,6 milhões de euros, face a 2018.

No que diz respeito à receita de capital, em 2019 estas receitas tiveram um desvio relativamente ao exercício de 2018, na ordem dos 10%, o qual se traduz numa quebra deste tipo de receita na ordem dos 1,7 milhões de euros, influenciado pelas rubricas de transferências da administração central e de passivos financeiros, como detalhado mais à frente.

A observação do gráfico abaixo apresentado permite inferir sobre a taxa de execução da receita ao longo do quadriénio.

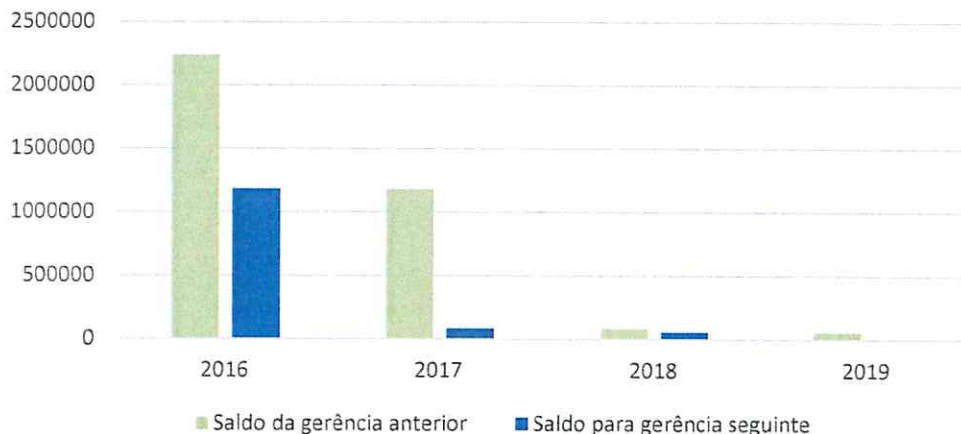
GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO DA RECEITA SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR

Unid.: "Euros"



GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO DA RECEITA SALDO GERENCIA ANTERIOR (DETALHE)

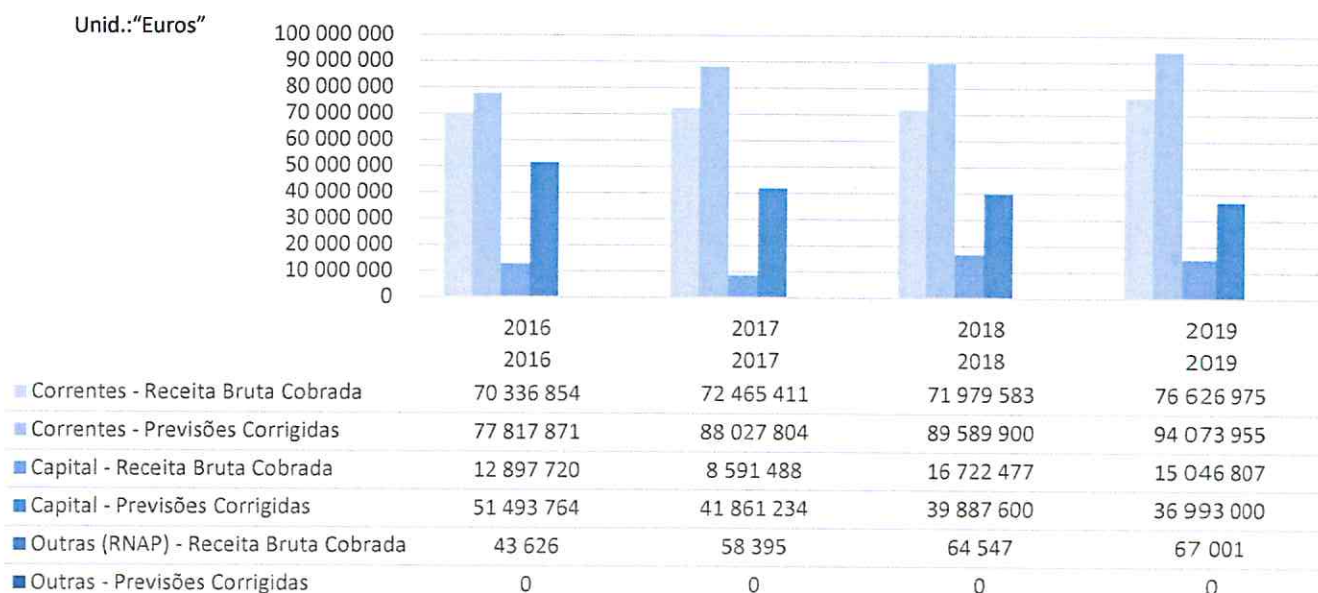
Unid.: "Euros"





Partindo da análise da evolução de receita, em 2019, sem utilização do saldo de gerência anterior, irrelevante no ano em análise, constata-se uma melhoria na execução do orçamento da receita, apresentando um incremento de 3,3%, face a 2018, com uma variação positiva de 2,9 milhões de euros.

GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE/ CAPITAL/ OUTRAS, 2016-2019



O quadro supra permite visualizar a execução da receita, tanto corrente como de capital e outras, e sua evolução, de forma detalhada por previsões corrigidas e receita cobrada.

Os valores apresentados não incluem a utilização do saldo de gerência anterior.

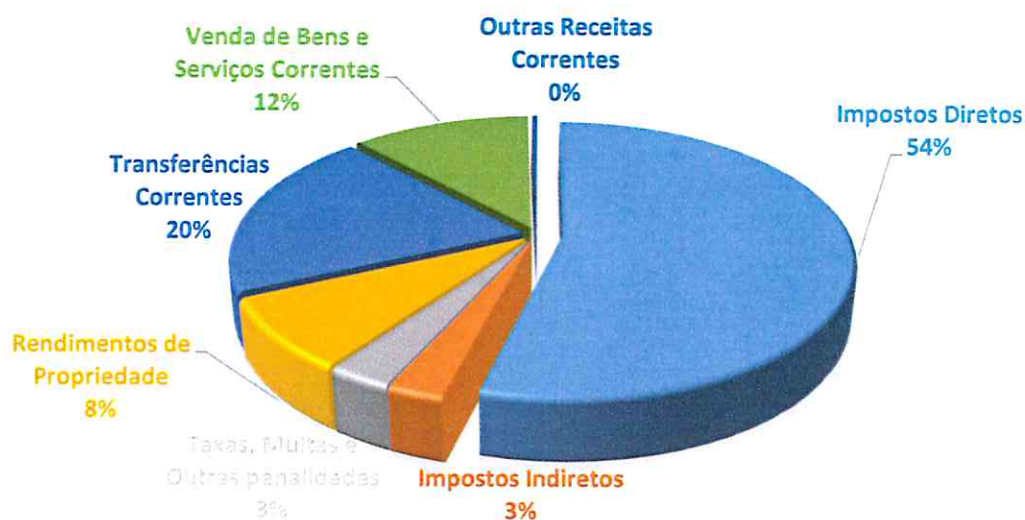
Por previsão corrigida da receita, entende-se a quantia inscrita em cada rubrica orçamental, incluindo as previsões iniciais e as modificações ocorridas no período.

Por receita bruta cobrada, entende-se grosso modo, a receita bruta recebida durante o exercício (também igual a receita líquida).



2.2.1 RECEITAS CORRENTES

GRÁFICO 4: ESTRUTURA DA RECEITA CORRENTE 2019



Conforme evidenciado no gráfico, os impostos diretos constituem a principal fonte das receitas correntes do Município. Se acrescentarmos as transferências correntes e a venda de bens e serviços, estes três componentes contribuem com 86% da receita cobrada no ano 2019.

QUADRO 4: RECEITAS CORRENTES, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018 EUR	Δ 2019/2018 %
Impostos Diretos	39 466 423	40 615 408	38 412 898	41 454 994	3 042 096	8%
Impostos Indiretos	1 959 456	2 485 905	1 871 297	2 030 366	159 069	9%
Taxas, Multas e Outras penalidades	1 569 857	1 676 140	1 861 602	2 327 157	465 555	25%
Rendimentos de Propriedade	5 801 794	5 821 055	5 875 300	6 352 008	476 708	8%
Transferências Correntes	13 287 501	13 567 314	14 781 526	15 242 378	460 852	3%
Venda de Bens e Serviços Correntes	7 313 153	8 161 918	8 913 328	8 964 239	50 911	1%
Outras Receitas Correntes	938 669	137 671	263 632	255 833	-7 800	-3%
Total Receitas Correntes	70 336 854	72 465 411	71 979 583	76 626 975	4 647 392	6,46%

Na rubrica dos impostos diretos são contabilizados o produto da cobrança dos seguintes impostos:

- IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis;
- IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis;
- IUC - Imposto Único de Circulação;
- DER - Derrama.



A receita arrecadada dos impostos diretos em 2019, totaliza 41,4 milhões de euros. Este tipo de receita representa 54% das receitas correntes do Município, tendo sido obtido um incremento de 8% face a 2018, explicado pelo aumento com as cobranças do IMT e da Derrama.

O segundo componente mais relevante são as transferências, as quais representam cerca de 20% do total das receitas correntes. Nestas, são contabilizadas as transferências da Administração Central, assim como as transferências para os apoios às famílias e verbas recebidas dos privados referente aos patrocínios relativos à 2ª Conferência “Riscos, Segurança e Cidadania” e ainda, da comparticipação financeira para a realização da obra de Recuperação e requalificação do Convento de Jesus. No seu conjunto, e comparando com o ano de 2018, estas apresentam um aumento de 8%, sendo que as transferências do Estado (FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM – Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS), foram as que mais contribuíram para o melhor desempenho da rubrica.

As receitas de venda de bens e serviços correntes podem ser divididas em três grupos: (I) venda de bens; (II) serviços e (III) rendas. A evolução deste tipo de receita continuou a tendência crescente verificada nos anos anteriores, com uma variação de 1%, face a 2018, traduzida na arrecadação de mais de 51 mil euros.

Os rendimentos de propriedade incluem as receitas provenientes de ativos financeiros e de rendas de ativos não produtivos. Nesta rubrica estão contabilizadas as rendas de concessão com a EDP (1,8M €) e a renda de concessão com as Águas do Sado (4M €). Para além de possuírem um peso de 8% no total das receitas correntes, contribuíram igualmente com um aumento de 8%, face ao ano de 2018.

No que concerne aos impostos indiretos, verificou-se uma variação positiva de 159 mil euros, por comparação a 2018, oriunda das taxas de loteamentos e obras e da taxa municipal de direitos de passagem.

No que concerne às taxas, multas e outras penalidades, as quais refletem as receitas obtidas em resultado das coimas aplicadas por infração da lei, posturas ou regulamentos, apresentam um desempenho positivo de 25 %, em relação ao ano transato. Contributo esse, dado essencialmente, por via de taxas cobradas aos particulares, loteamentos e obras inclusive, e por aplicação de coimas por contraordenação.

Por último, as outras receitas correntes (rubrica residual), que registaram um decréscimo de 3%.

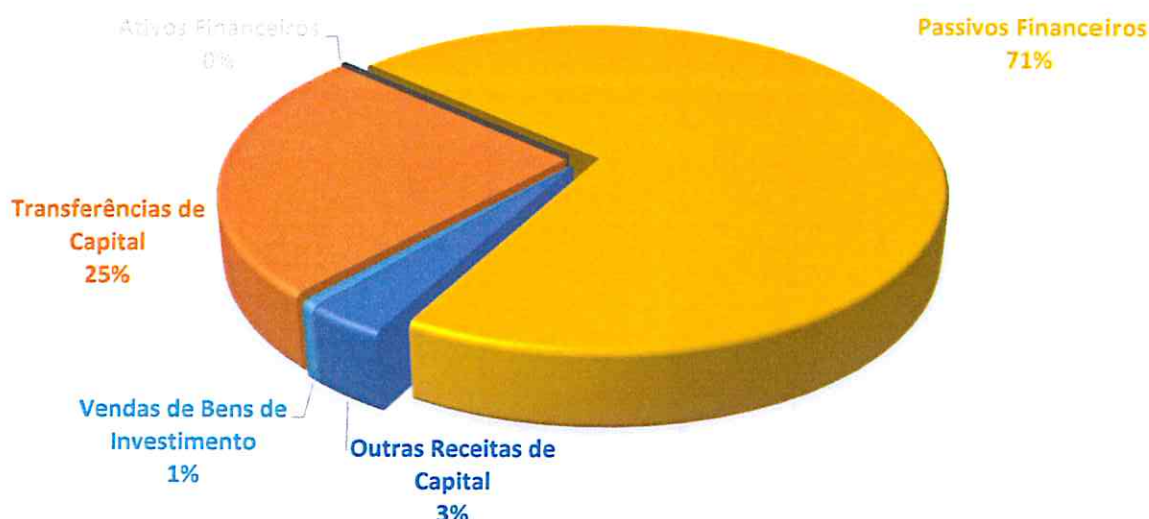
2.2.2 RECEITAS CAPITAL

No ano de 2019, as receitas de capital totalizaram o montante de 15 milhões de euros, alcançando uma variação negativa de 10% em relação ano anterior.

Do total das receitas de capital, sensivelmente, 96% provêm de passivos financeiros e de transferências de capital.



GRÁFICO 5: ESTRUTURA DA RECEITA DE CAPITAL 2019



A evolução de receitas de capital, no quadriénio em análise, está apresentada no quadro a seguir.

QUADRO 5: RECEITAS DE CAPITAL, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018 EUR	Δ 2019/2018 %
Vendas de Bens de Investimento	98 921	48 568	128 343	99 229	-29 114	-23%
Transferências de Capital	2 219 791	1 835 202	4 926 840	3 714 096	-1 212 744	-25%
Ativos Financeiros	421 884	56 074	2 463	0	-2 463	-100%
Passivos Financeiros	10 000 000	6 615 801	11 590 000	10 750 506	-839 494	-7%
Outras Receitas de Capital	157 125	35 843	74 831	482 975	408 144	545%
Total Receitas de Capital	12 897 720	8 591 488	16 722 477	15 046 807	-1 675 670	-10%

Por passivos financeiros, consideram-se as receitas obtidas pela contração de empréstimos de curto, médio e longo prazo, assim como, as receitas derivadas pela emissão de obrigações (não existente). Assim, as receitas de passivos financeiros, que constituem 71% do total das receitas de capital, obtiveram um decréscimo de 7 %, face a 2018, justificada pela diminuição do valor dos empréstimos de médio e longo prazo contraídos para financiar os projetos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos.

As transferências de capital, representando 25% das receitas, tiveram uma descida de 25% face ao período homólogo do ano anterior, em grande parte justificada pela redução das transferências referentes à participação em projetos comunitários.

No capítulo da venda de bens de investimento, registou-se uma quebra de 23%, o qual reflete os proveitos da alienação onerosa de bens de capital, quer na aquisição ou construção dos mesmos, tenham sido contabilizados como investimento, dividindo-se em terrenos, habitações, edifícios e outros bens de investimento. A justificar a diminuição ocorrida nesta rubrica encontramos uma redução na venda de habitações do Município.



Importa reiterar que a receita contabilizada em outras receitas de capital (cerca de 483K €) está relacionada com o acionamento das garantias bancárias: por incumprimento da execução de anomalias na empreitada “Recuperação e Valorização do Convento do Jesus, no valor de 195 mil euros e do incumprimento de diversos trabalhos de obras na urbanização do loteamento da Quinta da Amizade, no valor de 162 mil euros. Nesta rúbrica encontra-se registada a comparticipação da despesa efetuada no âmbito da candidatura “Intervenções na encosta do Forte de São Filipe em Setúbal”, de acordo com o protocolo celebrado com a Administração Central, no valor de 124 mil euros.

Por último, a receita contabilizada como ativos financeiros é a que provém das receitas de “venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes do reembolso a favor da Autarquia, do valor da amortização de empréstimos afetos aos serviços municipalizados ou subsídios reembolsáveis concedidos nos termos da lei”. Em 2019, não foi contabilizada qualquer montante nesta classificação de receita, o que justifica a quebra verificada.

2.2.3 OUTRAS RECEITAS

QUADRO 6: OUTRAS RECEITAS, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018 EUR	Δ 2019/2018 %
Reposições n/Abatidas nos Pagamentos	43 626	58 395	64 547	67 001	2 454	3,8%
Saldo da Gerência Anterior	6 024 865	1 184 730	85 244	57 645	-27 599	-32%
Total Outras Receitas	6 068 491	1 243 125	149 791	124 646	-25 145	-17%

Em 2019, as reposições não abatidas nos pagamentos registaram um valor de 67 mil euros, dizendo respeito às receitas provenientes da entrada de fundos resultantes de pagamentos ocorridos em anos anteriores (reposição de vencimentos, devolução de transferências bancária, entre outras) e regularizados ao longo do exercício.

No ano de 2019, foi utilizado o saldo da gerência anterior, no valor de 57 mil euros.

2.2.4 RECEITA POR GRANDES AGREGADOS

QUADRO 7: RECEITA POR GRANDES AGREGADOS, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018 EUR	Δ 2019/2018 %
Receita Fiscal	39 466 423	40 615 408	38 412 898	41 545 994	3 133 096	8%
Receita de Atividade	10 962 284	11 589 178	12 072 784	13 045 965	973 181	8%
Receita Patrimonial	7 298 574	6 833 996	6 918 012	7 465 843	547 831	8%
Transferências	15 507 293	15 402 516	19 708 366	18 909 974	-798 392	-4%
Empréstimos	10 000 000	6 615 801	11 590 000	10 750 506	-839 494	-7%
Reposições n/Abatidas nos Pagamentos	43 626	58 395	64 547	67 001	2 454	4%
Total Receita (Ano)	83 278 200	81 115 294	88 766 607	91 785 283	3 018 676	3%



Na análise dos grupos de receita municipal, devem ser considerados os seguintes conceitos:

- A receita fiscal, engloba os impostos locais, quer sejam diretos ou indiretos;
- A receita de atividade, reúne a receita com origem nas taxas, multas e outras penalidades e também da venda de bens e serviços, com exceção da receita resultante da gestão do património municipal;
- A receita patrimonial, reflete as receitas originárias da gestão do património municipal, abarcando os rendimentos de propriedade, rendas de habitação social, edifícios e outras, e a venda de bens de investimento;
- As transferências, respeitam a valores com origem em terceiros com natureza corrente ou de capital;
- Os empréstimos, correspondem aos passivos financeiros;
- As reposições não abatidas nos pagamentos, como já foi referido, dizem respeito à entrada de valores resultantes de pagamentos incorretos ocorridos em exercícios anteriores.

GRÁFICO 6: ESTRUTURA DA RECEITA POR GRANDES AGREGADOS



Do gráfico supra, podemos observar que no total da receita do ano em apreço, a receita fiscal continua a ter uma importância significativa, na ordem dos 45%, seguida das transferências que contribuem com 20%, da receita de atividade, com 15% e dos empréstimos, com 12%. Por fim, a receita patrimonial contribuiu com 8% e as reposições não abatidas nos pagamentos, revelam um peso residual de 0,07%.



QUADRO 8: RECEITA FISCAL (IMPOSTOS DIRETOS), 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018 EUR	Δ 2019/2018 %
IMI / CA	25 538 648	24 056 013	24 182 970	23 551 671	-631 299	-3%
IMT / SISA	7 592 020	7 982 068	6 652 276	9 806 821	3 154 545	47%
IUC / IMV	2 790 038	2 872 712	3 049 665	3 476 626	426 961	14%
Derrama	3 545 717	5 704 615	4 527 987	4 619 781	91 794	2%
Total Receita Fiscal (Impostos Diretos)	39 466 423	40 615 408	38 412 898	41 454 900	3 042 002	8%

Relativamente à receita fiscal, unicamente a obtida por via dos impostos diretos, há que salientar que mesma fez um total de 41,5 milhões de euros, sendo este montante 8% superior ao verificado no exercício transato.

Detalhando a estrutura relativa à receita fiscal obtida através dos impostos diretos, assinala-se que a receita de IMI continua a ter uma grande preponderância, representando 57% do total obtido. O IMT e a Derrama contribuem, respetivamente, com 24% e 11%, para o cômputo total da receita arrecadada; tendo o IUC uma contribuição de 8% do total da receita fiscal.

Comparando 2019 com 2018, e considerando que a taxa aprovada não sofreu alterações, a redução da liquidação do IMI em 632 mil euros ficou a dever-se ao fato da Autoridade Tributária, em 2018, ter recebido e validado um número significativo de pedidos por parte dos contribuintes, de atualização do Valor Patrimonial Tributário (VPT), dado que os imóveis se encontravam sobrevalorizados, ou seja, com a redução do VPT, reduziu-se o valor do IMI a liquidar durante o ano de 2019, passando a cobrança deste a ser menor.

QUADRO 9: RECEITA PROVENIENTE DA ATIVIDADE MUNICIPAL, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018 EUR	Δ 2019/2018 %
TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	3 529 313	4 162 045	3 732 899	4 357 523	624 624	17%
Impostos Indiretos	1 959 456	2 485 905	1 871 297	2 030 366	159 069	9%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 569 857	1 676 140	1 861 602	2 327 157	465 555	25%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	6 337 177	7 253 619	8 001 421	7 949 634	-51 787	-1%
OUTROS	1 095 793	173 514	338 463	738 808	400 345	118%
Total Receita da Atividade Municipal	10 962 284	11 589 178	12 072 784	13 045 965	973 181	8%

Da análise do quadro supra, o qual decompõe a receita proveniente da atividade municipal durante o quadriénio 2016-2019, podemos verificar a tendência crescente na sua arrecadação. Em 2019, este tipo de receita totalizou 13 milhões de euros, revelando um acréscimo superior a 8%, em relação ao ano anterior.

Para este desempenho, e com um peso de 61%, no total deste agregado, salienta-se a rubrica venda de bens e serviços correntes, a qual regista uma variação negativa de 1%, face a 2018, o equivalente a menos 52 mil euros.



Comportamento oposto teve a rubrica taxas específicas das autarquias locais, com uma variação positiva de 17%. A contribuir para o desempenho verificado, esteve a receita proveniente dos impostos indiretos e a subida com a receita das taxas, multas e outras penalidades, com uma variação de 9% e 25%, respetivamente.

Também com uma variação positiva em relação ao ano anterior, com um peso de 6% no total do agregado, esteve a rubrica outros, onde se incluem outras receitas correntes e outras receitas de capital. A subida verificada é em grande medida explicada pelos acionamentos de garantias bancárias por incumprimento de empreitadas, nomeadamente, por incumprimento da execução de anomalias de empreitadas (ver ponto 2.2.2).

QUADRO 10: TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, 2016-2019 (ATIVIDADE MUNICIPAL)

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018 EUR	Δ 2019/2018 %
Mercados e Feiras	530 632	515 041	506 907	493 106	-13 801	-3%
Loteamentos e Obras	1 402 463	2 088 844	1 881 593	2 762 549	880 956	47%
Ocupação da Via Pública	287 495	304 653	311 163	340 757	29 594	10%
Publicidade	132 133	61 882	126 961	150 299	23 338	18%
Taxa Municipal Proteção Civil	873 236	822 194	502 080	0,00	-502 080	-100%
Outras Taxas	148 631	211 851	199 685	238 994	39 310	20%
Multas e Outras Penalidades	154 724	157 581	204 510	371 818	167 308	82%
Total Taxas	3 529 313	4 162 045	3 732 899	4 357 523	624 624	17%

Relativamente às taxas específicas das autarquias locais, é importante referir que a variação global de 17%, em 2019, assenta, em grande parte, nas variações positivas na maioria dos componentes que constituem este agregado, nomeadamente, “loteamentos e obras” (que representam 63% no total das taxas específicas das autarquias).

De salientar ainda, o desempenho da receita alcançada com as multas e outras penalidades, que obtiveram um acréscimo de 82%, face a 2018. O cômputo obtido de 371 mil euros, é justificado por uma melhor cobrança, tanto de juros de mora como de coimas e penalidades, por contraordenações.

QUADRO 11: VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES, 2016-2019 (ATIVIDADE MUNICIPAL)

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018 EUR	Δ 2019/2018 %
VENDA DE BENS	403 500	767 006	579 117	591 767	12 650	2%
SERVIÇOS	5 933 678	6 486 613	7 422 304	7 357 866	-64 438	-1%
Alimentação e Alojamento	10 770	89 870	224 368	341 432	117 064	52%
Serviços Recreativos	3 458	51 797	67 653	92 201	24 548	36%
Serviços Culturais	298 209	280 849	281 606	281 576	-30	0%
Serviços Desportivos	341 312	273 341	248 143	285 277	37 134	15%
Resíduos Sólidos	4 311 937	4 820 987	4 986 946	4 940 473	-46 473	-1%
Cemitérios	132 276	167 268	191 583	151 399	-40 184	-21%
Feira de Santiago	186 543	253 191	274 600	292 646	18 046	7%
Outros Mercados e Feiras	76 144	32 725	41 746	39 268	-2 478	-6%
Parques de Estacionamento	326 693	235 374	827 344	516 666	-310 678	-38%
Outros	246 335	281 210	278 317	416 927	138 610	50%
Total Venda de Bens e Serviços	6 337 177	7 253 619	8 001 421	7 949 634	-51 787	-1%



Relativamente à Venda de Bens e Serviços Correntes, tal como demonstrada no quadro supra, foi obtida uma cobrança de 8 milhões de euros, o que representou uma arrecadação inferior a 2018, em 52 mil euros. Neste agregado de receita, o peso esmagador (93%) recai sobre a prestação de serviços.

Ao analisar a rubrica “Serviços” obtém-se o comportamento da receita decorrente da alimentação e alojamento, sendo aí contabilizados os fluxos provenientes do Eco Parque do Outão e da Pousada de Juventude, com um aumento de 117 mil euros, decorrente do aumento da procura turística, confirmada pela tendência crescente ao longo do quadriénio.

Por outro lado, tem-se a receita com os serviços recreativos, que registou um aumento de 36%, totalizando o montante de 92 mil euros. Trata-se de receitas oriundas da gestão dos equipamentos culturais e desportivos, tais como a Casa do Largo e as Piscinas das Manteigadas.

Os valores referentes aos serviços culturais mantiveram-se praticamente inalterados face ao ano anterior. Nestes serviços são contabilizados o produto da receita obtida quer pelas bilheteiras dos equipamentos municipais, quer pelo aluguer das salas desses mesmos equipamentos.

As cobranças de serviços desportivos obtiveram um aumento de 15%, por comparação a 2018, representando um acréscimo de 37 mil euros. Nesta rubrica são contabilizadas as receitas de bilheteira e/ou de aluguer dos espaços municipais, nomeadamente, o Complexo João dos Santos, a Piscina Municipal de Azeitão, o Complexo Municipal de Atletismo e o Pavilhão das Manteigadas, assim como, a receita obtida em eventos desportivos.

As receitas incluídas nos “resíduos sólidos” têm origem nas transferências de cobranças da tarifa de RSU, através de faturação emitida por Águas do Sado e as cobranças por via de serviços prestados ao domicílio de remoção de resíduos de construção/demolição e de resíduos verdes. Em 2019, a receita respeitante à prestação de serviços com resíduos urbanos totalizou o valor de 4,9 milhões de euros, representando 67% da receita obtida na componente Serviços.

O crescimento da receita relativa à edição de 2019 da Feira de Santiago situa-se na ordem dos 7%, totalizando 293 mil euros, ou seja, mais 18 mil euros em relação à edição de 2018.

Na rubrica de outros mercados e feiras, é contabilizada a receita obtida pela gestão dos mercados municipais, assim como a ocupação de via pública, aquando da realização de feiras ocasionais na área geográfica do Concelho, tal como a Mostra de Antiguidades e Velharias, verificando-se uma redução de 2,5 mil euros, um montante 6% inferior em relação ao período homologado anterior.

QUADRO 12: **OUTRAS, 2016-2019** (ATIVIDADE MUNICIPAL)

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018 EUR	Δ 2019/2018 %
Outras Receitas Correntes	938 669	137 671	263 632	255 833	-7 799	-3%
Outras Receitas de Capital	157 125	35 843	74 831	482 975	408 144	545%
Total Outras Receitas	1 095 793	173 514	338 463	738 808	164 949	118%

Relativamente a outras receitas, importa esclarecer que estas referem-se às receitas não tipificadas, com carácter residual.



As outras receitas correntes, incluem 8 mil euros referentes a uma indemnização por danos provocados em viatura ou equipamento municipal e 247 mil euros de operações diversas, decorrentes da atividade municipal.

As outras receitas de capital, incluem a compensação proveniente dos acionamentos de garantias bancárias por incumprimento de empreitadas, conforme relatado no capítulo de receita proveniente da atividade municipal.

QUADRO 13: RECEITA PATRIMONIAL, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018 EUR	Δ 2019/2018 %
Rendas de Habitação Soc, Edifícios e Outras	975 976	908 299	911 907	1 014 606	102 699	11%
Rendimentos de Propriedade	6 223 678	5 877 129	5 877 762	6 352 008	474 246	8%
Vendas de Bens de Investimento	98 921	48 568	128 343	99 229	-29 114	-23%
Total Receita Patrimonial	7 298 574	6 833 996	6 918 012	7 465 843	547 831	8%

A este nível e comparando com o ano anterior, verifica-se um aumento 8 % no total do agregado.

Os rendimentos de propriedade, de ativos financeiros e não produtivos, que constituíram 85% da receita patrimonial, apresentam os seguintes aspetos:

- a renda de concessão da EDP rendeu ao Município 2,3 milhões de euros, sendo este montante superior em 26% ao verificado em 2018, justificado pela contabilização do 4º Trimestre de 2018, no exercício em apreço;
- a renda referente à concessão dos Serviços Municipalizados totalizou o montante de 4 milhões de euros;
- no capítulo das ações e outras participações, apenas foram recebidos os dividendos da Setgás, no montante 2 mil euros. De referir ainda que, a participação na Amarsul não rendeu qualquer dividendo, uma vez que a empresa apresentou resultados negativos no ano anterior.

As rendas de habitação social, edifícios e outras, constituíram 14% da receita patrimonial do Município.

A venda de bens de investimento, que se cinge aos proveitos da venda de bens de capital, que na aquisição ou construção, foram contabilizados como investimento. Esta rubrica tem uma execução de 99 milhares de euros, sendo que destes, 97 mil euros advêm do recebimento de prestações relativos à venda de terrenos localizados em Vendas de Azeitão (Rua Andrade do Corvo, Rua da Lealdade, Travessa do Terceiro Homem, etc.) e na Cidade de Setúbal (Casal das Figueiras, Bairro da Liberdade, Rua António Aleixo, entre outros), os restantes 2 mil de euros resultam da alienação de habitações.



QUADRO 14: TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018 EUR	Δ 2019/2018 %
Obrigatórias - Estado (FEF+FSM+IRS)	11 820 089,00	12 169 225,00	13 530 281,00	13 290 743	-239 538	-2%
Fundos Comunitários	1 537 253,00	1 274 282,00	4 426 360,00	3 251 576	-1 174 784	-27%
Administração Central	2 037 868,00	1 825 664,00	1 716 417,00	1 831 435	115 018	7%
Outras	112 083,00	133 345,00	35 308,00	136 000	100 692	285%
Total Transferências	15 507 293	15 402 516	19 708 366	18 509 754	-1 198 612	-6%

As transferências correntes e de capital são os recursos financeiros obtidos sem qualquer compensação, com o objetivo de financiamento de despesas correntes, sem afetação predefinida ou para financiamento de despesa de capital.

Com um total obtido de 18 milhões de euros, as transferências constituíram uma das principais fontes das receitas municipais tendo, contudo, diminuído 1,2 milhões de euros face ao ano anterior. Um dos principais componentes deste agregado são as transferências obrigatórias decorrentes do Orçamento de Estado, que significam 69% do total recebido. As transferências com origem em fundos comunitários correspondem à componente que sofreu o maior desvio negativo, com um valor de mais 1,2 milhões de euros por comparação ao ano de 2018. As transferências provenientes da Administração Central corresponderam a uma cobrança na ordem de 1,8 milhões de euros, representando cerca de 9% do total, apresentando um melhor desempenho por comparação ao período homólogo do ano anterior.

Pormenorizando a análise das Transferências Obrigatórias decorrentes do Orçamento de Estado, importa referir que estas são compostas pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (Corrente e de Capital), Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS.

QUADRO 15: TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS - ESTADO (FEF+FSM+IRS), 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018 EUR	Δ 2019/2018 %
FEF - Correntes:						
Orçamento Estado (1)	3 174 734	3 888 757	3 603 601	3 997 931	394 330	11%
Receita cobrada (2)	2 945 470	3 661 915	4 551 874	4 521 786	-30 088	-1%
Desvio = (2) - (1)	-229 264	-226 842	948 273	523 855	-424 418	-45%
FUNDO SOCIAL MUNICIPAL						
Orçamento Estado (1)	1 674 398	1 674 398	1 674 398	1 674 398	0	0%
Receita cobrada (2)	1 674 398	1 674 398	1 674 398	1 674 398	0	0%
Desvio = (2) - (1)	0	0	0	0	0	
PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS						
Orçamento Estado (1)	6 847 473	6 400 828	6 903 609	7 094 565	190 956	3%
Receita cobrada (2)	6 847 473	6 400 828	6 903 609	7 094 565	190 956	3%
Desvio = (2) - (1)	0	0	0	0	0	
FEF - Capital:						
Orçamento Estado (1)	352 748	432 084	400 400	444 214	43 814	11%
Receita cobrada (2)	352 748	432 084	400 400	444 214	43 814	11%
Desvio = (2) - (1)	0	0	0	0	0	



Assim, relativamente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente, atingiu uma receita de 4,5 milhões de euros. Contudo, este montante apresenta uma distorção em relação aos 4 milhões de euros inscritos no mapa do Orçamento de Estado para 2019. Este desvio é justificado pela recuperação de valores retidos nos períodos anteriores.

A Participação Variável no IRS, sendo uma das transferências obrigatórias decorrentes do Orçamento de Estado, teve um incremento de 3%, relativamente a 2018, estando em conformidade com as verbas inscritas nos mapas respetivos do Orçamento de Estado.

Em relação às transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro de Capital, constata-se o aumento de 11% por via do aumento das transferências atribuídas ao Município de Setúbal, de acordo com a Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

Nas transferências vindas da Administração Central, que totalizaram 1,8 milhões de euros, verificou-se um incremento de 7%, em muito justificado com o aumento das transferências da DGAE - Direção-Geral da Administração Escolar (+ 389K €). Em sentido inverso, comportaram-se as transferências para os apoios às famílias (-15K €), que engloba a comparticipação familiar no ensino/transportes e refeições. A receita respeitante ao protocolo celebrado com a Segurança Social, a sofrer também o efeito de diminuição de receita cobrada, uma vez que não foi contabilizada receita de períodos anteriores.

Por último, e ainda inserido no quadro das transferências correntes e de capital, há que salientar a evolução da receita obtida através de fundos comunitários, que totalizou o valor de 3,2 milhões de euros, apresentando uma diminuição de 1,2 milhões de euros, comparativamente com 2018, sendo que as transferências decorrentes do FEDER e do Fundo de Coesão foram as que mais contribuíram para a diminuição verificada (-469K € e -779K €, respetivamente). Esta diminuição é proveniente de uma menor taxa de execução das obras inerentes às Candidaturas.

QUADRO 16: EMPRÉSTIMOS, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018 EUR	Δ 2019/2018 %
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	10 000 000	3 000 000	6 800 000	7 500 000	700 000	10%
EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		3 615 801	4 790 000	3 250 506	-1 539 494	-32%
TOTAL EMPRÉSTIMOS	10 000 000	6 615 801	11 590 000	10 750 506	-839 494	-7%

Em 2019, os Empréstimos representaram 12% das receitas do Município, não tendo sido necessário a utilização do mesmo montante de capitais alheios (-7%).

No que diz respeito aos Empréstimos de curto prazo, os mesmos foram responsáveis por 69% do total da receita obtida por esta via de financiamento, sendo que os restantes 31%, couberam aos empréstimos de médio e longo prazo.



2.2.5 RECEITA LIQUIDADADA POR COBRAR

Em 2019, o Município de Setúbal, excluindo a utilização do saldo de gerência anterior, efetuou a liquidação de receita no montante de 98 milhões de euros, registando cobranças no valor de 92 milhões de euros. No final do ano, o saldo de receita por cobrar é de 22 milhões de euros, transitando para a execução orçamental do ano seguinte.

Conforme, se pode visualizar no quadro seguinte:

QUADRO 17: RECEITA LIQUIDADADA POR COBRAR, 2019

Descrição	Receita por cobrar no Início do Ano	Receita Liquidada	Liquidações Anuladas	Receita Cobrada Bruta	Reembol. Pagos	Receita Cobrada Líquida	Receita por cobrar no Final do Ano
Impostos Diretos	0	44 691 663	3 236 669	41 454 994		41 454 994	0
Impostos Indiretos	1 903 956	2 202 778	554 699	2 030 366		2 030 366	1 521 669
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 914 629	2 794 238	451 626	2 327 157		2 327 157	1 920 084
Rendimentos de Propriedade	13 027 965	6 357 408	759.71	6 352 008		6 352 008	13 032 605
Transferências Correntes	598 534	15 972 115	693 389	15 242 378		15 242 378	634 882
Venda de Bens e Serviços Correntes	2 683 647	10 259 233	348 413	8 964 239		8 964 239	3 630 228
Outras Receitas Correntes	54 922	295 122	2 071	255 833		255 834	92 140
Vendas de Bens de Investimento	1 740	99 219	0	99 229		99 229	1 730
Transferências de Capital	88 531	3 739 942	109 279	3 714 096		3 714 096	5 098
Ativos Financeiros	0	0	0	0		0	0
Passivos Financeiros	0	10 853 639	0	10 750 506		10 750 506	103 132
Outras Receitas de Capital	932 922	482 975	0	482 975		482 975	932 921
Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos	29 188	72 837	179	67 001		67 001	34 846
Saldo da Gerência Anterior	0	57 645	0	57 645		57 645	0
Total	21 236 034	97 878 813	5 396 323	91 798 428	0	91 798 429	21 909 336
Total s/ Saldo de Gerência utilizado	21 236 034	97 821 168	5 396 323	91 740 783	0	91 740 784	21 909 336

Assi, numa análise pormenorizada deste saldo, destacam-se as rubricas de:

- *Impostos indiretos, com cerca de 1,5M €;*

- *Taxas, multas e outras penalidades, com 1,9M €;*

- *Venda de bens e serviços correntes, com 3,6M €;*

- *Rendimentos de propriedade, com cerca de 13M € (refletindo o registo em anos anteriores do diferencial da renda referente ao Contrato de Concessão de gestão de água, que o Município reivindica ter direito a receber. Este diferencial prende-se com a diferença na fórmula de cálculo praticada pela empresa Águas do Sado, S.A. e que é contestada pelo Município, estando a mesma ainda pendente de resolução).*



QUADRO 18: RECEITA LIQUIDADADA POR COBRAR NO FINAL DO ANO, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018 EUR	Δ 2019/2018 %
Impostos Diretos	73	73	0	0	0	0%
Impostos Indiretos	3 316 933	3 677 890	1 903 956	1 521 669	-382 287	-20%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 626 862	1 675 991	1 914 629	1 920 084	5 455	0%
Rendimentos de Propriedade	13 004 865	13 004 865	13 027 965	13 032 605	4 640	0%
Transferências Correntes	489 283	528 488	598 534	634 882	36 348	6%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2 687 924	2 800 487	2 683 647	3 630 228	946 581	35%
Outras Receitas Correntes	41 957	110 153	54 922	92 140	37 218	68%
Vendas de Bens de Investimento	224	199	1 740	1 730	-10	-1%
Transferências de Capital	98	98	88 531	5 098	-83 433	-94%
Ativos Financeiros	0	0	0	0	0	0%
Passivos Financeiros	0	0	0	103 132	103 132	100%
Outras Receitas de Capital	932 922	932 922	932 922	932 921	-1	0%
Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos	27 580	28 305	29 188	34 846	5 658	19%
Saldo da Gerência Anterior	0	0	0	0	0	0%
Total	22 128 721	22 759 471	21 236 034	21 909 336	673 301	3%
Total s/ Saldo de Gerência utilizado	22 128 721	22 759 471	21 236 034	21 909 336	673 301	3%

O quadro supra apresenta para o quadriénio 2016-2019, os valores de receita por cobrar no fim de cada exercício e uma comparação entre os exercícios de 2019/2018. Assim, verifica-se que a estrutura de receita por cobrar no final de cada período se mantém concentrada nos agregados acima referidos.

De referir que o montante classificado na rubrica passivos financeiros é proveniente do empréstimo obtido por via da DGAL- Direção Geral das Autarquias Locais para fazer face às despesas com redes secundárias de faixas de gestão de combustíveis, no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, na área geográfica do Município. Esta linha de crédito tem por objeto a contratação de trabalhos em regime de prestação de serviços externos para limpezas coercivas de terrenos de particulares, que já foram objeto de notificação, mas que não cumpriram a obrigação legal de limpeza, devendo o Município substituir-se aos respetivos proprietários, exercendo posteriormente o direito de ressarcimento.

2.3 DESPESAS

As despesas são agrupadas pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos.

O quadro seguinte resume, de acordo com a sua natureza económica o total da despesa paga durante o ano de 2019, apresentando os respetivos desvios, níveis de execução e de evolução nos últimos quatro anos.

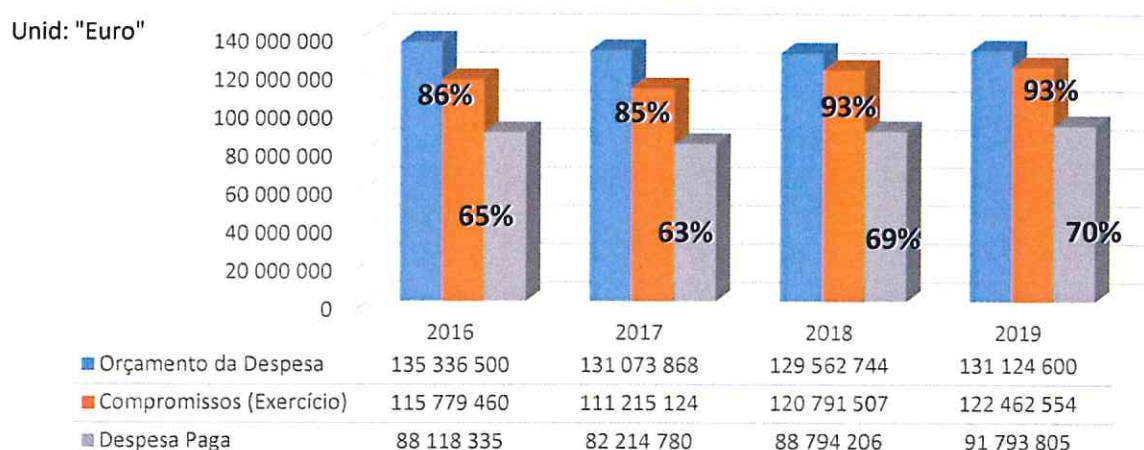


QUADRO 19: EVOLUÇÃO DA DESPESA, 2019

Descrição	2016	2017	2018	2019			Taxa Exec. %	Δ 2019/2018, %
				Dotação	Compromissos	Pago		
Despesa Corrente	57 735 539	59 642 460	61 563 314	84 794 300	82 012 659	65 129 157	77%	6%
Despesa de Capital	30 382 797	22 572 320	27 230 892	46 330 300	40 449 895	26 664 648	58%	-2%
Total Despesa	88 118 335	82 214 780	88 794 206	131 124 600	122 462 554	91 793 805	70%	3%

Procedendo a uma análise mais detalhada em comparação com o período homólogo do ano transato verifica-se que as despesas correntes apresentam um acréscimo na ordem dos 6%, enquanto que as de capital, registam uma diminuição de 2%.

GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA, 2016-2019



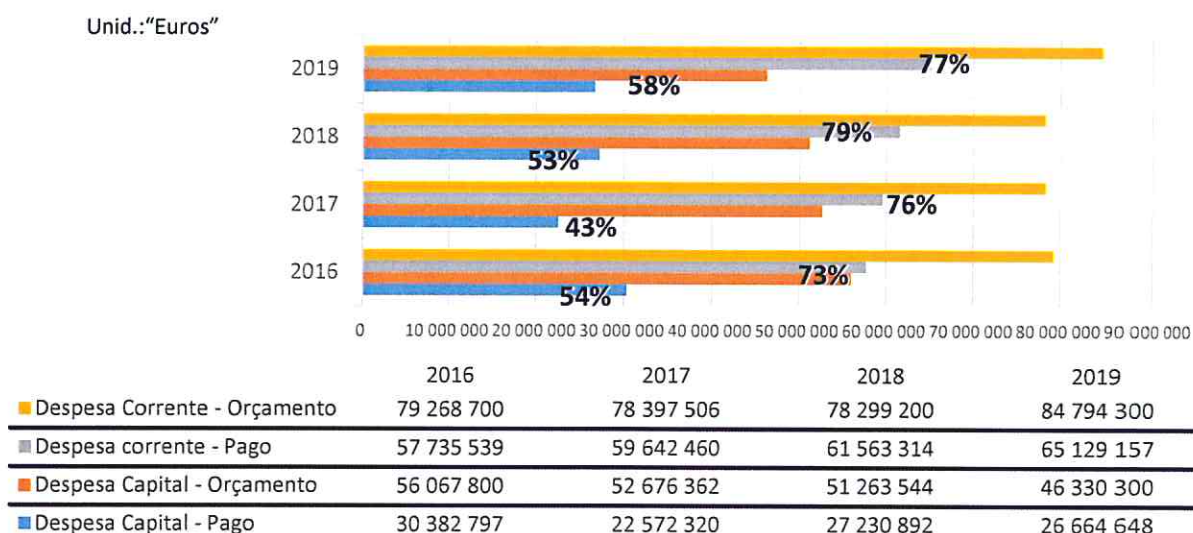
No exercício de 2019, a despesa paga totaliza o montante de 91,8 milhões de euros, repartidos em despesas correntes no valor de 65,1 milhões de euros e despesas de capital no montante de 26,6 milhões de euros, consubstanciando a despesa global numa taxa de execução de 70%.

Em termos de compromissos assumidos, nos exercícios económicos de 2016 a 2019, os dados apurados revelam uma tendência crescente, refletindo um aumento de 1,38%, no último ano (+ 1,6M €).

Os compromissos assumidos totalizaram 122,5 milhões de euros, correspondendo a 93% da despesa orçada, havendo 30,6 milhões de euros em compromissos a transitar para o ano seguinte.



GRÁFICO 8: EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE/CAPITAL, 2016-2019



Os dados apresentados demonstram um aumento das dotações iniciais da despesa corrente. Situação contrária sucede com as dotações das despesas de capital, nos últimos 4 anos, consequência de ajustes nas opções do plano nos vários exercícios económicos.

Em 2019, releva-se um reforço nesta área de atuação acompanhada por uma certa dinâmica na política de investimentos, nomeadamente no âmbito da reabilitação do Convento de Jesus e requalificação do espaço envolvente, do parque escolar, da rede viária e infraestruturas inerentes, obras de reparação e beneficiação nas habitações sociais, entre outras obras.

A Autarquia avançou igualmente com a criação do novo terminal rodoviário junto da estação ferroviária, com uma ciclovía integrada na rede ciclável da Cidade, com vista a criar melhores condições de fruição do espaço público, entre outros investimentos.

No que concerne à despesa paga verifica-se um acréscimo em 3% face ano transato, materializando-se no valor de 3 milhões de euros, demonstrando um esforço contínuo por parte do executivo em diminuir a dívida municipal, honrando atempadamente as suas responsabilidades para com terceiros.

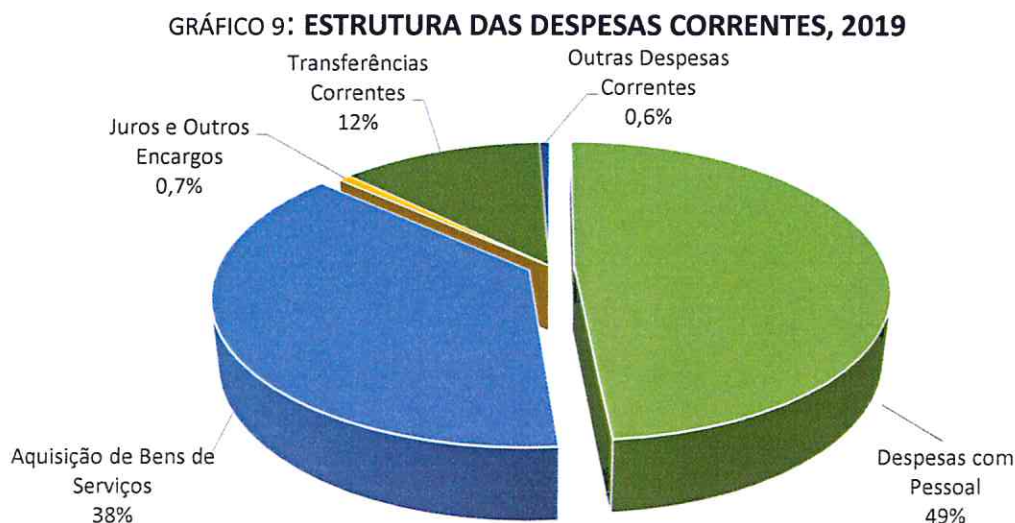
No cômputo geral podemos afirmar que as taxas de execução quer nas despesas correntes, quer nas despesas de capital, tendo em conta o previsto em orçamento, fixaram-se respetivamente nos 77% e 58%, pelo que é notório a predominância da componente corrente na estrutura da despesa global.

QUADRO 20: EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DE DESPESA, %

Descrição	2016	2017	2018	2019
Despesa Corrente	66%	73%	69%	71%
Despesa de Capital	34%	27%	31%	29%
Total Despesa	100%	100%	100%	100%



2.3.1 DESPESAS CORRENTES



A observação do gráfico permite verificar a repartição da despesa corrente pelas diferentes rubricas que a compõem, relevando como componente mais determinante as despesas com o pessoal (49%), de seguida as aquisições de bens e serviços (38%), as transferências correntes (12%), e por último apresentando percentagens residuais, os juros e outros encargos (0,7%) e outras despesas correntes (0,6%).

QUADRO 21: DESPESAS CORRENTES, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Despesas com Pessoal	25 454 595	26 090 421	29 040 972	31 626 202	2 585 230	9%
Aquisição de Bens e Serviços	24 855 058	26 132 505	25 206 856	24 690 661	-516 195	-2%
Juros e Outros Encargos	1 407 370	1 174 721	951 101	462 947	-488 154	-51%
Transferências Correntes	5 444 413	5 604 106	6 032 796	7 973 105	1 940 309	32%
Outras Despesas Correntes	574 103	640 706	331 589	376 240	44 651	13%
Total Despesas Correntes	57 735 539	59 642 460	61 563 314	65 129 157	3 565 843	6%

Da análise do quadro constata-se que a despesa corrente tem tido um comportamento crescente, sustentada pelo aumento das Despesas com o Pessoal, das Transferências Correntes e Outras Despesas Correntes e ainda das Transferências Correntes através da celebração de contratos interadministrativos e protocolos de colaboração com o conjunto de Freguesias que compõem o Concelho.

As outras despesas incluem valores decorrentes da devolução da TMPC – Taxa Municipal de Proteção Civil. Realce para a devolução da TMPC, para a qual não foi efetuada provisão por não ser possível mensurar o valor a provisionar com a devida fiabilidade.



No ano em apreço, as Aquisições de Bens e Serviços registaram uma redução de 2%, o equivalente a um decréscimo de 516 milhares de euros, e os Juros e Outros Encargos, uma variação negativa de 51%, representando uma redução de 488 milhares de euros.

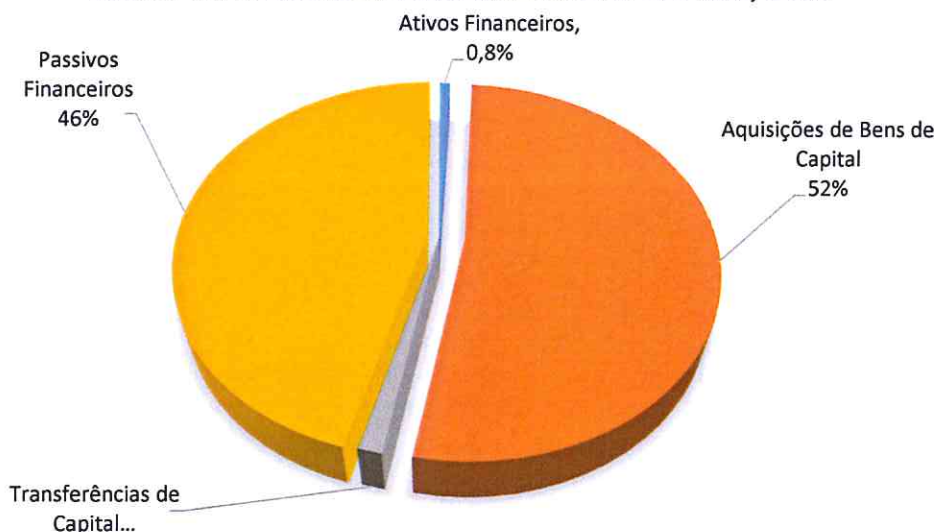
No gráfico seguinte verifica-se a estrutura da despesa corrente em termos percentuais, bem como a sua evolução no decorrer do período de 2016 a 2019.

GRÁFICO 10: ESTRUTURA DA DESPESA CORRENTE, 2016-2019



2.3.2 DESPESAS DE CAPITAL

GRÁFICO 11: ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL, 2019



As despesas de capital compreendem as seguintes rubricas: aquisição de bens de capital com um peso de 52%, os passivos financeiros com 46%, as transferências de capital com 1% e os ativos financeiros com 0,8%.



QUADRO 22: DESPESAS DE CAPITAL, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Aquisição de Bens de Capital	7 751 193	13 043 248	15 590 677	13 924 418	-1 666 259	-11%
Transferências de Capital	267 957	152 215	59 000	357 636	298 636	506%
Ativos Financeiros	414 395	414 395	310 797	207 198	-103 600	-33%
Passivos Financeiros	21 949 252	8 962 458	11 270 417	12 175 397	904 980	8%
Outras Despesas de Capital	0	3	0	0	0	0%
Total Despesas de Capital	30 382 797	22 572 320	27 230 892	26 664 648	-566 244	-2%

A realização de despesa de capital, à exceção das transferências, origina a criação ou o aumento do património. Assim, descreve-se o comportamento por cada componente.

No ano de 2019, o montante da despesa de capital foi de 26,7 milhões de euros, resultado de duas componentes, as aquisições de bens de capital, que registam um decréscimo nos pagamentos efetuados em cerca de 11%, e os ativos financeiros que patentearam uma diminuição de 33%, face ao período homólogo do ano anterior.

As transferências de capital têm um acréscimo significativo, na ordem dos 506%, justificadas pela parceria com as Juntas de Freguesia no âmbito dos protocolos de delegação de competências que se materializaram na realização de obras, tais como: a construção de novos passeios, requalificação de espaços públicos, construção de rotundas, construção de novos espaços verdes, etc., e os passivos financeiros num aumento de 8%, proveniente da contração de um empréstimo de curto prazo para reforço de tesouraria no valor de 7,5 milhões de euros, o qual foi amortizado na sua totalidade até 31 de dezembro, assim como, a libertação de verba de empréstimos de médio e longo prazo contraídos anteriormente.

Comparando com o ano anterior, o total da despesa de capital decresceu sensivelmente 566 mil euros, o que em termos relativos se expressa numa variação negativa de 2%.

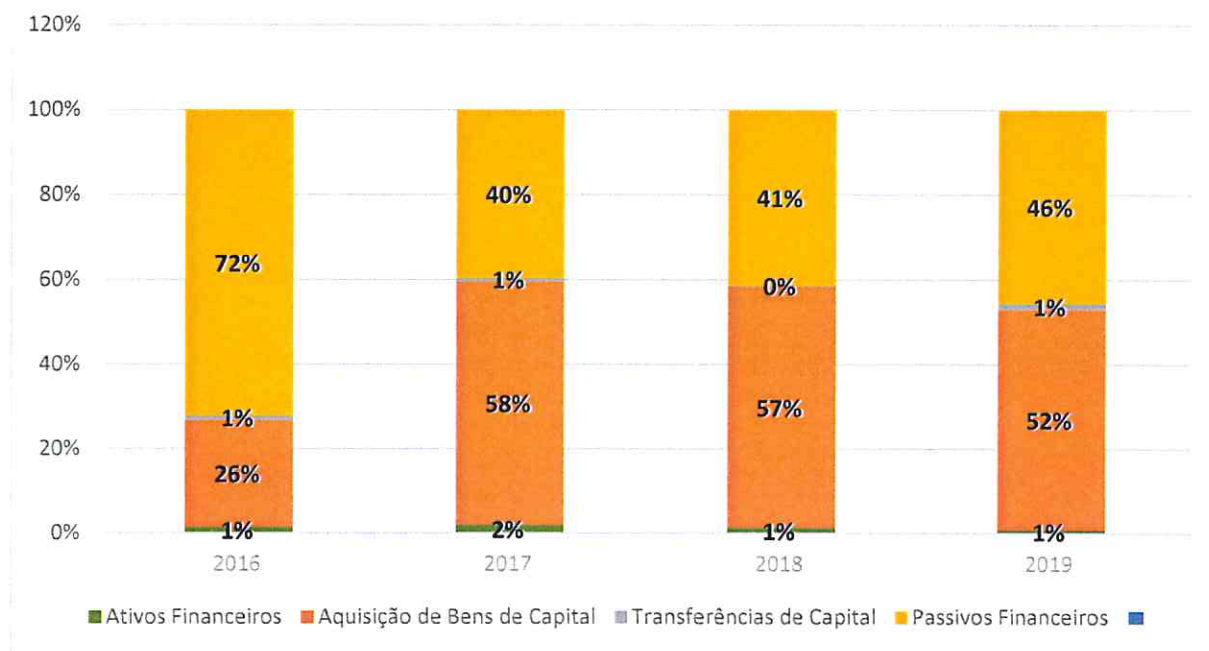
A Autarquia assumiu uma responsabilidade partilhada com as Juntas de Freguesia na execução de várias obras de requalificação do espaço público, pois registou-se um acréscimo de 299 mil euros. A aquisição de bens de capital é a rubrica que assume a liderança com 13,9 milhões de euros, seguida dos passivos financeiros com 12 milhões de euros.

Os ativos financeiros são representados por unidades de participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM). O Município cumpriu assim, com a obrigatoriedade prevista pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, contribuindo para o FAM, com o montante de 207.198 €, resultado de duas prestações iguais pagas nos meses de junho e dezembro de 2019.



O gráfico apresentado abaixo reflete o peso de cada componente da despesa de capital e sua evolução no quadriénio.

GRÁFICO 12: ESTRUTURA DA DESPESA DE CAPITAL, 2016-2019



2.2.3 DESPESAS POR GRANDES AGREGADOS

Analisando pormenorizadamente o quadro da despesa corrente por grandes agregados, a nossa atenção centra-se nas despesas com o pessoal (35%), na aquisição de bens e serviços (27%), nas despesas para investimentos (15%) e, por fim, nos encargos financeiros (14%), sendo estes os eixos em que se concentram os maiores valores. A rubrica “outras despesas” registou um incremento de cerca de 13%, face a 2018.

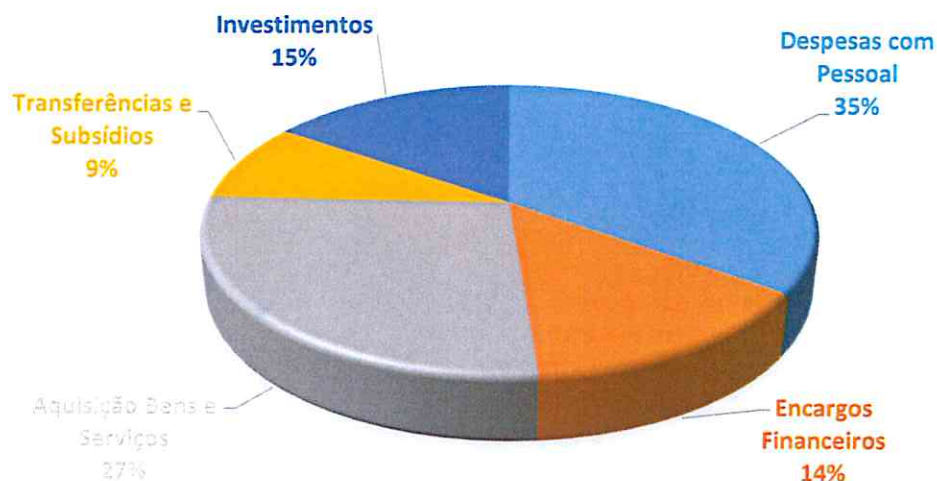
QUADRO 23: DESPESA POR GRANDES AGREGADOS, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, EUR
Despesas com Pessoal	25 454 595	26 090 421	29 040 972	31 626 202	2 585 230	9%
Encargos Financeiros	23 356 622	10 137 180	12 221 519	12 637 936	416 417	3%
Aquisição Bens e Serviços	24 855 058	26 132 505	25 206 856	24 455 167	-751 689	-3%
Transferências e Subsídios	5 712 370	5 756 322	6 091 796	8 323 340	2 231 544	37%
Investimentos	8 165 588	13 457 643	15 901 475	14 131 615	-1 769 860	-11%
Outras	574 103	640 709	331 589	376 240	44 651	13%
Total Despesa	88 118 335	82 214 780	88 794 206	91 550 501	2 756 295	3%



Do gráfico abaixo, podemos observar a estrutura da despesa por grandes agregados. Podemos afirmar que, em 2019, 62 % das despesas do Município estão assentes nas despesas com pessoal e na aquisição de bens e serviços.

GRÁFICO 13: ESTRUTURA DAS DESPESAS POR GRANDES AGREGADOS



QUADRO 24: DESPESAS COM PESSOAL, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Órgãos Autarquia e Pessoal do Quadro	13 550 204	13 689 786	14 471 212	16 071 179	1 599 967	11%
Pessoal Contratado a Termo	0	0	0	0	0	0
Pessoal em Regime de Tarefa/Avença	127 875	129 672	117 437	69 390	-48 047	-41%
Pessoal Aguardando Aposentação	34 143	6 961	41 601	125 335	83 734	201%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	571 180	585 052	619 246	829 936	210 690	34%
Representação	107 192	107 176	113 084	171 860	58 776	52%
Subsídio de Refeição	1 259 633	1 344 138	1 440 201	1 586 492	146 291	10%
Subsídios de Férias e Natal	2 397 218	2 426 020	2 586 630	2 906 693	320 063	12%
Abonos Variáveis ou Eventuais	1 586 733	1 615 687	1 965 031	2 267 909	302 878	15%
Segurança Social	5 820 418	6 185 931	7 686 529	7 597 406	-89 123	-1%
Total Despesas com Pessoal	25 454 595	26 090 421	29 040 972	31 626 202	2 585 230	9%

A estrutura das despesas com pessoal está dividida em subcontas e o quadro acima procura demonstrar os principais aumentos e diminuições em cada uma delas, durante o quadriénio.

Assim, salienta-se um decréscimo nas despesas com o Pessoal em regime de Tarefa ou Avença, e um aumento nas despesas com o Pessoal do Quadro, em consequência da efetivação do recrutamento de pessoal através da modalidade de contratos individuais de trabalho, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP).



Este acréscimo implica para o Município que os encargos, tais como, segurança social e pagamentos de subsídios de férias e natal, também apresentem aumentos. Outro fator a considerar neste agregado foi a subida das despesas com Pessoal aguardando Aposentação, que contabilizou um diferencial de 84 mil euros, face a 2018. De salientar que ao longo do exercício de 2019, continuaram-se a verificar os efeitos do reposicionamento remuneratório das carreiras.

QUADRO 25: DESPESAS COM PESSOAL, 2016-2019 (ABONOS VARIÁVEIS)

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Horas Extraordinárias	999 191	1 040 120	1 299 554	1 540 172	240 618	19%
Ajudas de Custo / Abono para falhas	145 453	132 306	141 117	158 786	17 669	13%
Subsídio de Turno	359 676	380 977	454 895	483 079	28 184	6%
Total Abonos Variáveis	1 504 320	1 553 402	1 895 566	2 184 056	288 490	15%

Os encargos relacionados com a subconta Abonos Variáveis estão decompostos em horas extraordinárias, ajudas de custo, abono de falhas e subsídio de turnos, registando todas as rubricas uma variação positiva em comparação com o ano anterior.

QUADRO 26: ENCARGOS FINANCEIROS, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Juros de Empréstimos	272 284	108 974	112 822	169 936	57 114	51%
Juros de Locação Financeira		2 768	5 167	27 120	21 953	425%
Juros de Mora	1 135 086	1 062 980	833 112	265 483	-567 629	-68%
Amortização de Empréstimos	21 949 252	8 962 458	11 270 417	12 175 397	904 980	8%
Total Encargos Financeiros	23 356 622	10 137 180	12 221 519	12 637 936	416 417	3%

A despesa proveniente de Encargos Financeiros, em 2019, situou-se acima de 12 milhões de euros, decorrente de operações com recurso ao financiamento externo, por via de empréstimos e de aquisições em locação financeira.

No que se refere ao pagamento de juros dos empréstimos contraídos, destacamos que o peso mais significativo incide nos empréstimos de médio e longo prazo (137K €), exibindo um aumento de 54% face ao ano de 2018, seguindo-se os empréstimos de curto prazo com 32 mil euros (+ 32%); e por último, os de locação financeira com o valor de 27 mil euros, onde se incluem os juros referentes aos contratos de financiamento de leasing imobiliário, à aquisição de material informático, entre outros investimentos.

Os juros de mora revelam uma redução de 68 %, o equivalente a menos 568 mil euros.



QUADRO 27: AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Encargos de Instalações	4 893 575	5 246 624	4 474 161	4 142 295	-331 866	-7%
Manutenção / Conservação de Bens	783 139	622 258	464 091	524 185	60 094	13%
Vigilância e Segurança	389 094	545 478	678 179	892 400	214 221	32%
Assistência Técnica	254 073	156 335	172 306	209 346	37 040	21%
Combustíveis e Lubrificantes	715 413	783 484	820 251	984 693	164 442	20%
Seguros	165 880	238 296	271 355	329 818	58 463	22%
Limpeza e Higiene	2 783 924	1 677 555	2 926 327	2 331 199	-595 128	-20%
Formação, Vestuário e Outros (Pessoal)	157 909	211 101	325 037	233 026	-92 011	-28%
Material de Escritório	57 732	56 431	49 766	56 652	6 886	14%
Material de Educação, Cultura e Recreio	28 078	8 657	21 053	21 838	785	4%
Prémios, Condecorações e Ofertas	17 140	25 281	25 431	52 861	27 430	108%
Locação (Informática / Transporte)	481 670	449 017	568 567	430 321	-138 246	-24%
Comunicações	236 334	369 063	296 988	453 008	156 020	53%
Transportes	963 121	727 211	765 313	503 147	-262 166	-34%
Estudos, Pareceres, Projetos, Trab. Especializados	703 002	773 719	763 594	538 632	-224 962	-29%
Publicidade	502 939	601 296	875 657	919 502	43 845	5%
Encargos de Cobrança de Receitas	898 018	872 770	847 123	924 582	77 459	9%
Outros Bens e Serviços	10 824 017	12 767 927	10 861 659	10 907 661	46 002	0%
Total Aquisição Bens e Serviços	24 855 058	26 132 505	25 206 856	24 455 167	-751 689	-3%

Neste agregado são classificadas todas as despesas tidas com a aquisição de bens e serviços inerentes ao desenvolvimento da atividade da Autarquia.

Em 2019, registou-se uma contração nos pagamentos de 752 mil euros (variação de 3%).

As reduções de despesa que mais determinaram a redução da despesa paga face ao ano anterior, por ordem decrescente em valor absoluto, foram as seguintes:

- Serviços de limpeza e higiene (-595K €), correspondendo uma variação de -20%;
- Encargos com instalações (-332K €), a que corresponde uma variação de -7%;
- Transportes (-262K €), a que corresponde uma variação de cerca de -34%;
- Estudos, pareceres, projetos e outros trabalhos especializados (-225K €), variação de -29 %.

Em sentido inverso, as rubricas que mais contribuíram para o aumento da despesa paga:

- Serviços de vigilância e segurança (+214K €), apresentando um aumento na ordem dos 32%;
- Combustíveis e lubrificantes (+164K €), com uma variação de 20%;
- Comunicações (+ 156K €), com uma variação de 53%.

Ainda no que diz respeito à despesa corrente é importante fazer uma breve análise às transferências correntes, cuja distribuição, pelos seus subcapítulos, se encontra plasmada no quadro seguinte.



QUADRO 28: TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Freguesias	3 421 322	3 638 264	4 048 025	4 507 442	459 417	11%
AML e Associações de Municípios	316 873	319 954	246 521	1 894 344	1 647 823	668%
Ass./Instit. Sem Fins Lucrativos	1 751 623	1 613 004	1 691 567	1 852 502	160 935	10%
Famílias	222 552	185 100	105 684	69 053	-36 631	-35%
Total Transferências	5 712 370	5 756 322	6 091 796	8 323 340	2 231 544	37%

As transferências correntes e de Capital que asseguram financeiramente a cooperação existente entre o Município e diversas instituições, teve um aumento 37%, face a 2018, materializando-se em valores absolutos em 8,3 milhões de euros.

Relativamente às transferências Correntes, no quadro do relacionamento institucional e à semelhança do ano anterior, as transferências para as Juntas de Freguesia apresentam um valor de 4,5 milhões de euros, sendo a componente com maior peso na estrutura (54%). Seguidamente, encontram-se os apoios concedidos à AML - Área Metropolitana de Lisboa e Associações de Municípios, com uma subida de 1,6 milhões de euros por comparação a 2018. Este aumento é justificado pela participação do Município para a AML no âmbito da adesão ao novo serviço de transporte público regular de passageiros (PART), o Navegante Metropolitano, com início em abril, mas com pagamentos a partir de janeiro de 2019.

Quanto às Instituições sem fins lucrativos, tiveram um apoio de 1,8 milhões de euros, reafirmando o compromisso do Município em apoiar financeiramente as mais variadas instituições e/ou associações que desempenhem a sua intervenção na área social, cultural ou ambiental.

Com um valor inferior ao ano anterior, surge a rubrica Famílias, com o montante de 69 mil euros dispendidos fundamentalmente para pagamento dos vencimentos relativos a programas ocupacionais, nomeadamente, dos contratos de emprego de inserção e estágios profissionais.

No que concerne às transferências de capital, o destaque vai para as Transferências para as Freguesias, com 291 mil euros de apoios financeiros para fazer face aos custos associados à aquisição de viaturas, à execução de obras de requalificação do espaço público, à execução de obras de requalificação de iluminação, resultado de uma crescente delegação de competências nas mais variadas áreas.

De salientar os apoios financeiros concedidos às Instituições sem fins lucrativos, no valor de 66 mil euros, e que foram atribuídos para apoiar as seguintes obras:

- Beneficiação de infraestruturas do Clube Desportivo e Recreativo “Águias de S. Gabriel”;
- Beneficiação das infraestruturas desportivas;
- Beneficiação de sede social do Núcleo dos Amigos do Bairro Santos Nicolau.



QUADRO 29: DESPESAS DE INVESTIMENTO, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Terrenos	0	150 000	185 298	51 213	-134 085	-72%
Habitacões	578 661	489 131	868 736	369 492	-499 244	-57%
Edifícios	1 489 250	3 329 781	4 092 258	3 123 893	-968 365	-24%
Construções Diversas	3 185 555	4 905 630	8 089 592	7 520 832	-568 760	-7%
Material de Transporte	524 922	808 674	168 998	331 523	162 525	96%
Equipamento de Informática	67 692	176 598	160 970	86 289	-74 681	-46%
Software Informático	179 125	549 070	573 332	290 846	-282 486	-49%
Equipamento Administrativo	85 179	82 921	41 624	225 570	183 946	442%
Equipamento Básico	733 528	599 340	513 745	740 673	226 928	44%
Ferramentas e Utensílios	12 417	10 759	5 601	19 043	13 442	240%
Outros Investimentos	894 863	1 926 251	873 737	1 131 594	257 857	30%
Locação Financeira	0	15 093	16 784	33 450	16 666	99%
Ativos Financeiros	414 395	414 395	310 797	207 198	-103 600	-33%
Total Despesas de Investimento	8 165 588	13 457 643	15 901 475	14 131 615	-1 769 860	-11%

As Despesas de Investimento representam 15% no total de despesas, e registaram um decréscimo de 1,8 milhões de euros. Em termos de despesa paga, salienta-se o maior aumento ao nível do equipamento administrativo (+442%), ferramentas e utensílios (+240%), equipamento básico (+44%) e na rubrica outros investimentos (+30%).

Quanto aos investimentos realizados em regime de locação financeira, estes apresentam um aumento de 99%, face ao ano anterior, devido a uma maior utilização deste regime de financiamento para aquisição de edifícios e de equipamento informático e de algum equipamento de eficiência energética.

Destacam-se abaixo alguns projetos de investimentos desenvolvidos no decorrer do ano:

Construções diversas:

- Requalificação de espaços exteriores na Urbanização da Brejoeira (zona poente 3.ª fase);
- Reperfilamento da rotunda do Largo Miguel Bombarda;
- Requalificação Urbana do Bairro dos Pescadores e Grito do Povo;
- Hub10- Plataforma Humanizada de Conexão Territorial;
- Ciclopset – Reperfilamento da Av. Manuel Maria Portela e Estrada dos Ciprestes,
- Requalificação dos passeios e espaços adjacentes ao troço poente da Av.ª Belo Horizonte;
- Execução de trabalhos no separador central e no viaduto da Av.ª Álvaro Cunhal – 2.ª fase;
- Obras de prevenção de cheias - Regularização do troço final da Ribeira do Livramento/Afluência da Gâmita e do Barranco do Forte Velho;
- Estação elevatória dos Combatentes e colectores afluentes,



Edifícios:

- Requalificação do parque escolar 2ª e 3ª fases;
- Reabilitação do Convento de Jesus – ala Este e ala Norte, Claustros, Igreja e Coro Alto;
- Contrato de leasing imobiliário do prédio urbano, denominado Praça de Touros “Carlos Relvas”;
- Aquisição de material didático, mobiliário escolar e equipamento de cozinha para diversas escolas no âmbito do programa “Portugal 2020”;
- Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas na encosta do Forte de São Filipe;

Terrenos:

- Aquisição de 2 parcelas de terreno localizados na Azinhaga dos Espanhóis, na freguesia de S. Sebastião para a construção de passeios e ciclovias;
- Aquisição de diversos imóveis e terrenos ao Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU) nos Bairros da Bela Vista e Casal de Santo António, na freguesia de São Sebastião, bem como algumas fracções para habitação situadas na Rua do Mormugão, na Quinta do Freixo, na União das Freguesias de Setúbal, do Concelho de Setúbal no valor de 69 mil euros.

Habitações:

- Conservação das fachadas dos edifícios 6 e 8 da Rua das Amendoeiras, e do edifícios 8,10 e 12 da Rua das Piteiras e, impermeabilização das coberturas dos edifícios 6 e 8 da Rua das Amendoeiras - Bairro da Quinta de Santo António,
- Reparação de fogos no Bairro da Bela Vista;
- Pintura das Fachadas dos edifícios B4, A6, A7, A8 e A9, do Bairro da Alameda das Palmeiras.

QUADRO 30: OUTRAS DESPESAS, 2016-2019

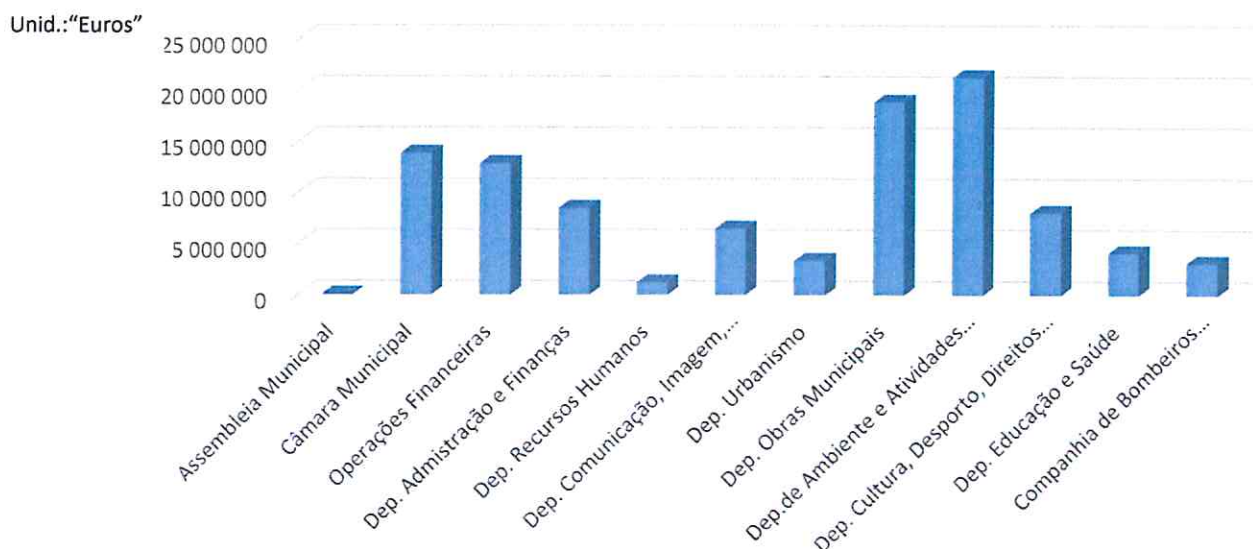
Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Outras Despesas Correntes	574 103	640 706	331 589	376 240	44 651	13%
Outras Despesas de Capital	0	3	0	0	0	0%
Total Outras Despesas	574 103	640 709	331 589	376 240	44 651	13%

A rubrica Outras despesas, contempla situações como as quotizações para associações, indemnizações por incumprimento contratual, emissão de depósitos de cauções, despesas de condomínios, entre outros.



2.2.4 DESPESA POR ORGÂNICA

GRÁFICO 14: DESPESA REALIZADA POR ORGÂNICAS, 2019



A abordagem por classificação orgânica permite conhecer as despesa por cada uma das classificações orgânicas existentes na Autarquia. Em 2019, o total de despesa realizada por orgânicas atingiu o montante de 102 milhões de euros.

Assim, verifica-se que grande parte da despesa recai sobre o Departamento de Ambiente e Atividades Económicas representando cerca de 21% do total da despesa, seguido dos gastos imputados ao Dep.de Obras Municipais com 19%. A despesa realizada pela Câmara Municipal e pelas Operações Financeiras, representaram 14 % e 13%, respetivamente. Estas quatro unidades orgânicas representaram 67% do total de despesa.

Os restantes 33% estão distribuídos pelas restantes unidades orgânicas:

- Departamento de Administração e Finanças (8%),
- Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude (8%),
- Departamento de Comunicação e Turismo (6%),
- Departamento de Urbanismo (3%),
- Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (3%),
- Departamento de Recursos Humanos (1%),
- e, por último, a Assembleia Municipal com um peso residual.



2.2.5 COMPROMISSOS

GRÁFICO 15: COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PAGAR POR UNIDADE ORGÂNICA

Unid.: "Euros"



Da leitura do gráfico supra, verifica-se que o Departamento de Obras Municipais apresenta o maior valor de compromissos por pagar (41%) justificado pelo número de intervenções em curso, seguido do Departamento de Ambiente e Atividades Económicas (19%), do Departamento de Comunicação, Imagem, Relações Públicas e Turismo (10%).

Relativamente aos compromissos assumidos para os exercícios futuros, destaca-se a área de Operações Financeiras (57%), com origem no financiamento externo de projetos municipais de montantes elevados (empréstimos e contratos de locação financeira de médio e longo prazo), e a área de Obras Municipais (18%), no âmbito de Plano Plurianual de Investimentos.

QUADRO 31: COMPROMISSOS, 2016-2019

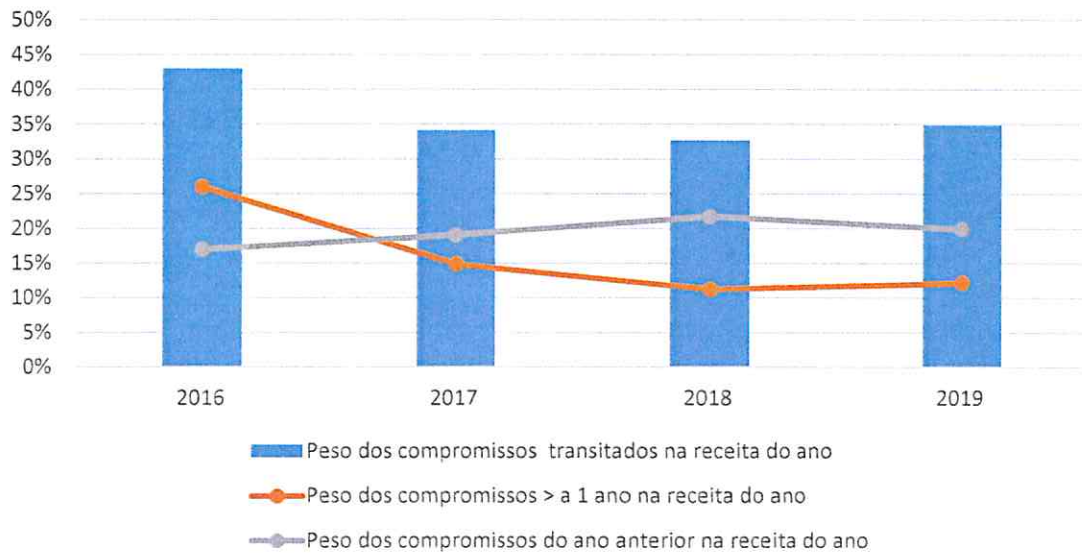
Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Compromissos transitados do ano (N-1)	29 162 123	27 350 970	27 782 090	29 507 493	1 725 403	6%
Compromissos assumidos no ano (N)	86 617 337	83 864 154	93 009 417	92 955 070	-54 347	0%
Compromissos pagos no ano (N)	88 118 335	82 214 780	88 794 206	91 793 805	2 999 599	3%
Compromissos a transitar para o ano seguinte (N+1)	27 661 125	29 000 344	31 997 301	30 668 747	-1 328 554	-4%
Compromissos assumidos para exercícios futuros	17 011 368	46 096 782	57 138 641	54 315 422	-2 823 219	-5%
Dotação não comprometida	19 557 040	19 858 744	8 771 237	8 662 046	-109 191	-1%

Em 2019, a dotação não comprometida regista uma diminuição ao longo do período. Os compromissos transitados do ano anterior somaram 29,5 milhões de euros. Tendo em conta os compromissos assumidos no ano e pagamentos efetuados, o montante de compromissos a transitar para o ano seguinte foi de 31 milhões de euros, assinalando uma diminuição de 1,3 milhões de euros.



A evolução de compromissos transitados do período anterior, face à receita do ano, revela o decréscimo de compromissos mais antigos (superior a 1 ano).

GRÁFICO 16: COMPROMISSOS TRANSITADOS/RECEITA DO ANO (%), 2016-2019





3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano identificam as grandes linhas de desenvolvimento estratégico da Autarquia, por áreas de competência/funções, e nelas estão incluídos o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano das Atividades Municipais (PAM).

No PPI encontram-se inscritos os projetos de investimento mais relevantes. Por seu lado, o PAM engloba as atividades que, não classificadas como investimentos, assumem importância vital para a atividade municipal. É aqui que se incluem as transferências correntes, no âmbito de protocolos de delegação de competências ou acordos de colaboração, os eventos culturais, desportivos e outros de maior significado para o Município, assim como as transferências para outras entidades.

QUADRO 32: GRANDES OPÇÕES DO PLANO, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019			Taxa Exec %	Δ 2019/2018, %
				Dotação	Compromissos	Pago		
Plano Plurianual de Investimentos	8 345 950	13 582 643	15 946 475	34 016 400	28 207 041	14 422 794	42%	-10%
Plano de Atividades Municipais	18 926 563	18 225 714	16 744 235	28 492 910	27 002 459	15 792 767	55%	-6%
Total Grandes Opções do Plano	27 272 514	31 808 358	32 690 709	62 509 310	55 209 500	30 215 561	48%	-8%

Em 2019, as Grandes Opções do Plano incluíam uma despesa prevista de 62,5 milhões de euros, dos quais foram executados cerca de 30,2 milhões de euros, que corresponde a uma taxa de execução de 48%.

As dotações no PPI foram no montante de 34 milhões de euros, permitiram assumir os compromissos no valor de 28,2 milhões de euros, dos quais foram pagos 14,4 milhões de euros.

As dotações do PAM totalizaram 28,5 milhões de euros. Os pagamentos de projetos e ações inscritos no PAM foram no valor de 15,8 milhões de euros, sendo que os compromissos assumidos somaram 27 milhões de euros.

GRÁFICO 17: ESTRUTURA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, 2019
ORÇAMENTO/EXECUÇÃO

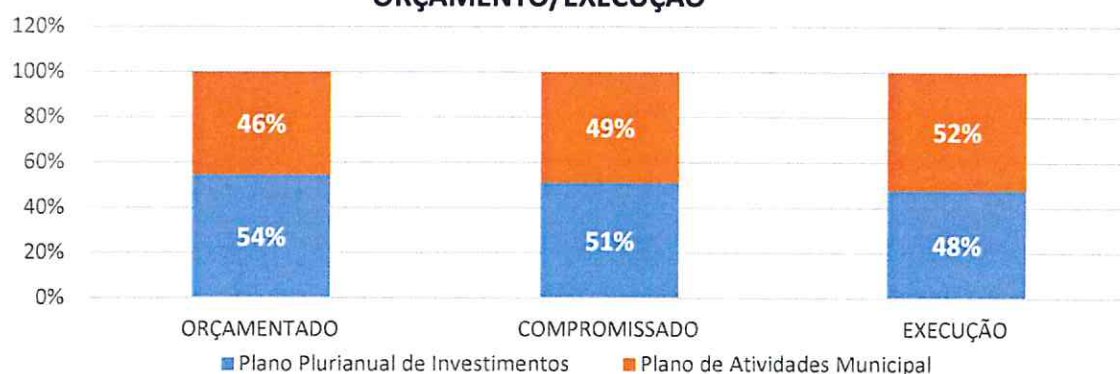
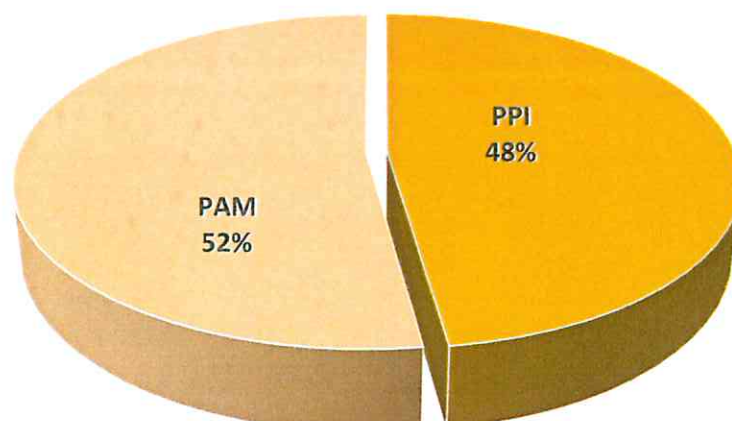




GRÁFICO 18: GRANDES OPÇÕES DO PLANO, 2019



A despesa paga inscrita no PAM diminuiu 6%, face a 2018, mantendo a tendência no PPI.

O peso predominante nas Grandes Opções do Plano, conforme demonstrado no gráfico acima, assenta em 52% no PAM e 48%, no PPI.

QUADRO 33: GOP POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Funções gerais	1 244 378	1 453 921	981 749	1 635 333	653 584	67%
Funções sociais	17 872 878	20 092 793	21 723 060	19 779 409	-1 943 651	-9%
Funções económicas	5 826 000	7 655 696	7 187 759	6 583 308	- 604 451	-8%
Outras funções	2 329 258	2 605 947	2 798 142	2 217 511	- 580 631	-21%
GOP por Classificação Funcional	27 272 514	31 808 358	32 690 709	30 215 561	-2 475 148	-8%

Verifica-se que o total da despesa paga inscrita nas GOP, em 2019, foi de 30,2 milhões de euros, os quais foram distribuídos da seguinte forma: 1,6 milhões de euros em funções gerais, 19,8 milhões de euros em funções sociais, 6,6 milhões de euros em funções económicas e 2,2 milhões de euros em outras funções.

Quando analisamos as GOP por classificação funcional, as Funções Sociais assumem uma importância preponderante às demais, com uma execução de 19,8 milhões de euros, onde se destacam as despesas relacionadas com:

- Requalificação da rede escolar;



- Ordenamento do território, com relevo para as seguintes obras:
 - “Regeneração urbana dos Bairros dos Pescadores e Grito do Povo”;
 - “Regularização do troço final da Ribeira do Livramento e bacias de retenção”;
 - “Obras de Prevenção das Cheias”;
 - “Recuperação e valorização do Convento de Jesus (Fase A - Ala Este e Ala Norte, Claustros, Igreja e Coro Alto)” e sua envolvente;
 - “Aquisição, manutenção de mobiliário urbano”;
- Proteção do meio ambiente e conservação da natureza, concentrando o seu foco na recolha e transporte de RSU;
- Saneamento, com destaque para a obras de remodelação em redes de drenagem urbana e otimização dos sistemas;
- Na área do desporto, recreio e lazer destaca-se várias intervenções em instalações desportivas e recreativas.

Na sua maioria projetos cofinanciados, bem como todas as atividades desenvolvidas nestas áreas.

A segunda componente com maior peso são as Funções Económicas, com 6,6 milhões de euros, onde se destacam as despesas com a beneficiação da rede viária e dos arruamentos do concelho, a iluminação pública associado a uma melhor eficiência no consumo de energia e, por último, investimentos na área do turismo, nomeadamente na recuperação e valorização das praias, reabilitação do Ecoparque do Outão, e todo o investimento na divulgação/promoção do Município, a nível nacional e internacional.

As Funções Gerais e Outras, no seu conjunto, totalizam 2,2 milhões de euros, e refletem os gastos de manutenção com o património edificado, instalação de diversos serviços municipais, conservação e manutenção da frota, assim como apoios às Freguesias e promoção de atividades (culturais, desportivas e do desenvolvimento turístico).



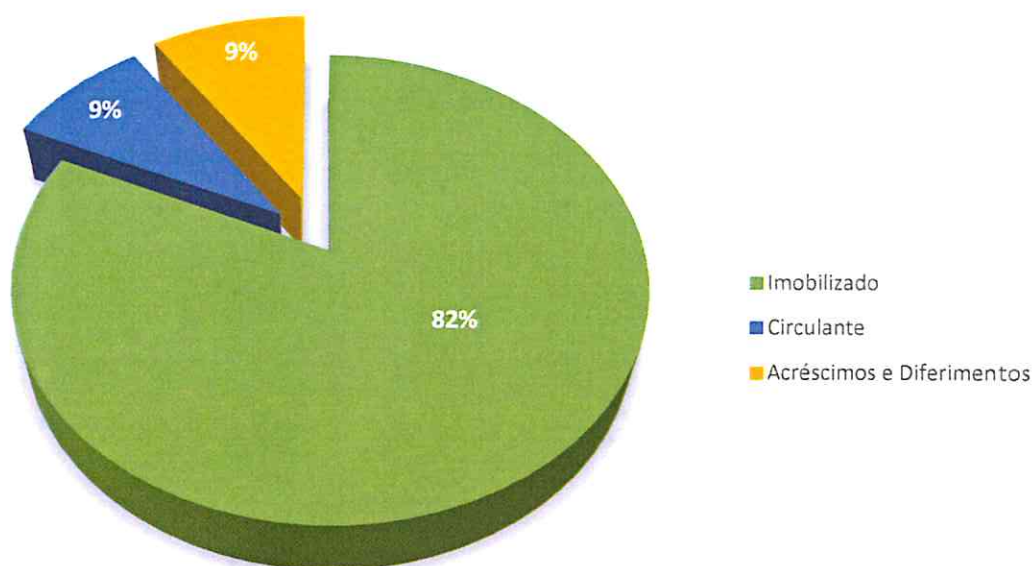
4. ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

4.1 SITUAÇÃO PATRIMONIAL - ANÁLISE AO BALANÇO

O Balanço é um instrumento contabilístico que reflete a situação económica financeira da entidade, apresentando dados sobre o património à data do encerramento do exercício, dando a conhecer o Ativo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos (estrutura económica), e o Passivo e os Fundos Próprios (estrutura financeira), ou seja, a origem dos fundos.

O Ativo Líquido do Município distribui-se conforme ilustrado no gráfico que se segue:

GRÁFICO 19: ATIVO LÍQUIDO, 2019



O imobilizado apresenta um forte peso na estrutura do Ativo, o qual continua a ter uma importância determinante no ativo líquido, representando cerca de 82%.

O circulante e os acréscimos e diferimentos representam cerca de 9% cada.



O gráfico a seguir demonstra a evolução dos vários agregados que compõem o ativo líquido:

GRÁFICO 20: COMPONENTES DO ATIVO LÍQUIDO, 2016-2019



A estrutura do Ativo Líquido do Município a 31 de dezembro de 2019, cifra-se em 411 milhões de euros traduzindo-se numa diminuição de 725 milhares de euros face ao ano anterior, resultado de um decréscimo do circulante (-23,7M €) e dos acréscimos e diferimentos (-191K €), por contrapartida de um aumento do imobilizado em 23 milhões de euros.

O Imobilizado Líquido (deduzido das amortizações) ao longo do quadriénio regista um comportamento crescente, em resultado do efeito conjugado do aumento da rubrica imobilizações corpóreas com 24,3 milhões de euros, e da redução das imobilizações incorpóreas em 93 milhares de euros e dos bens de domínio público, em 1 milhão de euros. O crescimento das imobilizações corpóreas é fundamentado pela aquisição de alguns imóveis, nomeadamente, ao IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e parcelas de terrenos, pelo registo contabilístico da aquisição da Praça de Touros “Carlos Relvas”, pela reavaliação do direito de superfície tendo em conta o valor patrimonial atual do lote 171 na Herdade de Negreiros, na requalificação da rede escolar, na conservação, construção e reabilitação de edificações e infraestruturas municipais, assim como, das vias de comunicação e espaços exteriores.

O Ativo Circulante regista no último triénio uma tendência decrescente, mais relevante em 2019 face à redução nas existências no valor de 22,2 milhões de euros (alteração da classificação da habitação social), e nas Dívidas de Terceiros a Curto Prazo, no montante de 1,6 milhões de euros. Esta redução fica a dever-se essencialmente à conta “Devedores de Transferências para as Autarquias Locais”.

A conta Acréscimos e Diferimentos apresenta uma variação oscilante no quadriénio em análise, fixando-se em 2019, num valor de 38,9 milhões de euros, uma redução de 191 milhares de euros face a 2018, devido a uma diminuição dos acréscimos de proveitos, e por outro lado, dos custos diferidos.



O quadro seguinte demonstra a evolução das várias rubricas do balanço que compõem o Ativo Líquido nos últimos 4 anos:

QUADRO 34: BALANÇO - ATIVO LÍQUIDO, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018 EUR	Δ 2019/2018 %
Imobilizado	298 789 027	304 402 491	313 175 415	336 362 130	23 186 715	7%
Bens de domínio público	36 440 812	35 017 283	33 711 408	32 654 676	-1 056 732	-3%
Imobilizações Incorpóreas	732 401	961 856	1 275 256	1 182 595	-92 661	-7%
Imobilizações Corpóreas	252 236 833	259 044 369	272 552 595	296 888 704	24 336 109	9%
Investimentos Financeiros	9 378 982	9 378 983	5 636 156	5 636 156	0	0%
Circulante:	56 999 980	66 315 167	59 143 109	35 421 739	-23 721 370	-40%
Existências	22 874 745	22 667 763	22 386 806	183 928	-22 202 878	-99%
Dívidas de Terceiros - Médio e longo prazo	0	0	0	0	0	0%
Dívidas de Terceiros - Curto prazo	31 397 708	41 975 868	34 749 856	33 110 891	-1 638 965	-5%
Títulos Negociáveis	0	0	0	0	0	0%
Depósitos em Inst. Financeiras e Caixa	2 727 526	1 671 536	2 006 447	2 126 920	120 473	6%
Acréscimos e Diferimentos	36 444 102	35 360 020	39 141 249	38 950 310	-190 939	0%
Total do Ativo Líquido	392 233 108	406 077 677	411 459 774	410 734 179	-725 594	0%

O imobilizado é composto por todos os bens do Município que apresentam carácter permanente – bens de domínio público, imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros.

O Imobilizado representa, cerca de 82% do total do ativo líquido, as imobilizações corpóreas (72%), os bens de domínio público (8%), os investimentos financeiros (1%) e as imobilizações incorpóreas, com uma expressão inferior a um ponto percentual.

O Circulante, representa os bens e os direitos que podem ser convertidos em dinheiro a curto prazo e é composto por três grupos – Existências, Dívidas a Receber e Disponibilidades. Este agregado representa 9% do total do ativo líquido, com especial preponderância para as dívidas de terceiros a curto prazo.

Os Acréscimos e Diferimentos são provenientes da aplicação do princípio contabilístico da especialização do exercício, e no exercício económico em análise representam cerca de 9% do ativo líquido.

Da análise do quadro supra, pode-se afirmar que, em termos comparativos com o período anterior:

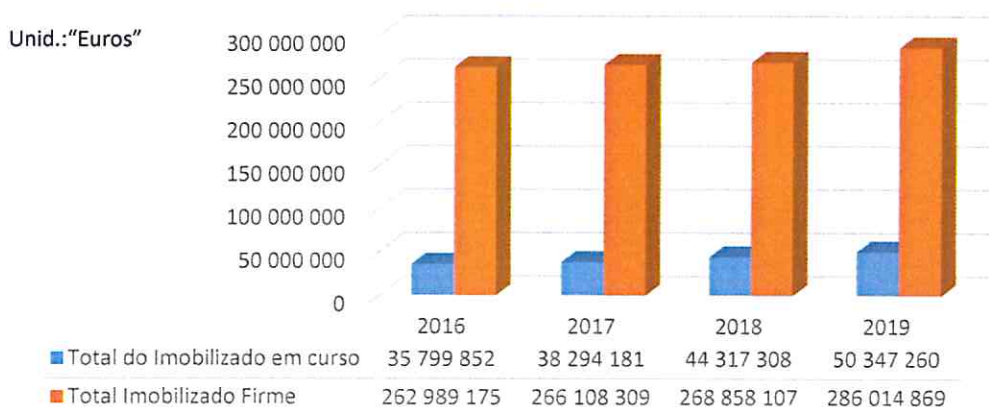
- As imobilizações corpóreas, são a componente com maior peso, assinalando um aumento na ordem dos 9%. Nesta componente realçamos as rubricas com maior relevância Edifícios e Outras Construções e Terrenos e Recursos Naturais. Este aumento é justificado pelo registo dos bens que compunham a habitação social – existências, que passaram para imobilizado firme;
- Os Bens de Domínio Público, diminuíram cerca de 1 milhão de euros, o equivalente a 3%, embora o relevo recaia na rubrica Terrenos e Recursos Naturais;
- O Ativo Circulante, representa 9% do total do ativo líquido, como referido anteriormente, com especial preponderância para as dívidas de terceiros (8%);
- Os Acréscimos e Diferimentos contabilizam uma redução ligeira de 0,5%, cuja análise será mais detalhada em capítulo próprio.



4.1.1 IMOBILIZADO

A estrutura do imobilizado é composta por dois grupos: imobilizado em curso e imobilizado firme, sendo que o primeiro grupo representa cerca de 15% e o segundo 85%, do total do imobilizado.

GRÁFICO 21: ESTRUTURA DO IMOBILIZADO, 2016-2019



Em 2019, o Imobilizado em Curso cifra-se em 50,3 milhões de euros, com um aumento na ordem dos 6 milhões de euros, o que representa um incremento de 15%, relativamente ao ano anterior.

O peso maior recai nas imobilizações corpóreas, com incremento de 19%, efeito de vários investimentos ao nível das infraestruturas, tais como escolas, espaços culturais e requalificações urbanas e paisagísticas em diversos pontos da Cidade e do Concelho, nomeadamente:

- Reabilitação do Convento de Jesus na ala este e ala norte, claustros, igreja e coro alto;
- Requalificação da envolvente do Convento de Jesus;
- Requalificação do parque escolar – 3ª fase;
- Requalificação urbana do Bairro dos Pescadores e Grito do Povo;
- Beneficiação do prolongamento da estrada dos quatro castelos, troço poente entre o acesso a A2 e a Quinta do Conde;
- Requalificação da rede viária e infraestruturas inerentes à estrada de Santas e Vale de Mulatas;
- Requalificação da envolvente Quinta do Freixo com independência das colónias;
- Reabilitação e valorização do Portinho da Arrábida/Creiro;
- Requalificação dos passeios e espaços adjacentes ao troço poente a Av.ª Belo Horizonte;
- Emissário Ciprestes – Bonfim 2.ª Fase e reabilitação das redes de água e drenagem na Av.ª 22 de dezembro;
- Pavimentação da Rua Vasco da Gama, em Azeitão;
- Beneficiação da Praceta Manuel Nunes de Almeida- 1ª fase;



- Manutenção e conservação de sinalização horizontal em diversos arrumamentos do Concelho de Setúbal;
- Estação elevatória dos Combatentes e coletores afluentes;
- Captação de água subterrânea em Pinhal das Espanholas e selagem do PS3;
- Implementação de medidas corretivas dos sistemas de drenagem do Bairro da Terroa e do Bairro do Peixe Frito;
- Regularização do troço final da ribeira da Figueira e bacias de retenção;
- Obras de prevenção de cheias- regularização do troço final da ribeira do Livramento;
- HUB10 – Plataforma Humanizada de Conexão Territorial.

Parte destes investimentos foram sujeitos a apoios, no âmbito de diversos programas de financiamento.

QUADRO 35: IMOBILIZADO FIRME, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018 EUR	Δ 2019/2018 %
Bens de domínio público	33 769 597	32 346 068	31 040 193	29 983 461	-1 056 732	-3%
Imobilizações Incorpóreas	205 456	434 911	748 311	655 650	-92 661	-12%
Imobilizações Corpóreas	219 635 140	223 948 347	231 433 447	249 739 603	18 306 156	8%
Investimentos Financeiros	9 378 982	9 378 983	5 636 156	5 636 156	0	0%
Total Imobilizado Firme	262 989 175	266 108 309	268 858 107	286 014 869	17 156 762	6%

O imobilizado firme da Autarquia apresenta um aumento de 17,1 milhões de euros, cujo resultado é obtido deduzindo ao crescimento bruto a variação das amortizações e provisões referentes às diversas rubricas do ativo, sendo as imobilizações corpóreas a rubrica mais determinante para o valor alcançado. O citado crescimento provém da regularização de provisões acumuladas dos bens que estavam classificados como habitação social - existências (e daí estarem registados pelo seu valor inicial sem terem em conta as amortizações acumuladas de anos anteriores).

As imobilizações incorpóreas, refletem uma redução de 12%, mas o peso desta componente não é relevante no total do imobilizado firme.

Os bens de domínio público evidenciam, igualmente, uma diminuição de 3% (-1M €), que ficou a dever-se essencialmente ao impacto crescente das amortizações do exercício.

Nos Investimentos Financeiros não se verificam alterações face ao período transato, mantendo-se em termos de valores absolutos a quantia de 5,6 milhões de euros, à semelhança do último ano.

QUADRO 36: INVESTIMENTOS FINANCEIROS, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019
Partes de Capital	6 478 215	6 478 215	3 771 378	3 771 378
Obrigações e títulos de participação	2 900 767	2 900 768	1 864 778	1 864 778
Total Imobilizado em Curso	9 378 982	9 378 983	5 636 156	5 636 156

O valor inscrito na conta “Partes de Capital” resulta das diversas participações que o Município detém no capital de várias entidades, entre as quais, a Setgás, Simarsul e Amarsul.

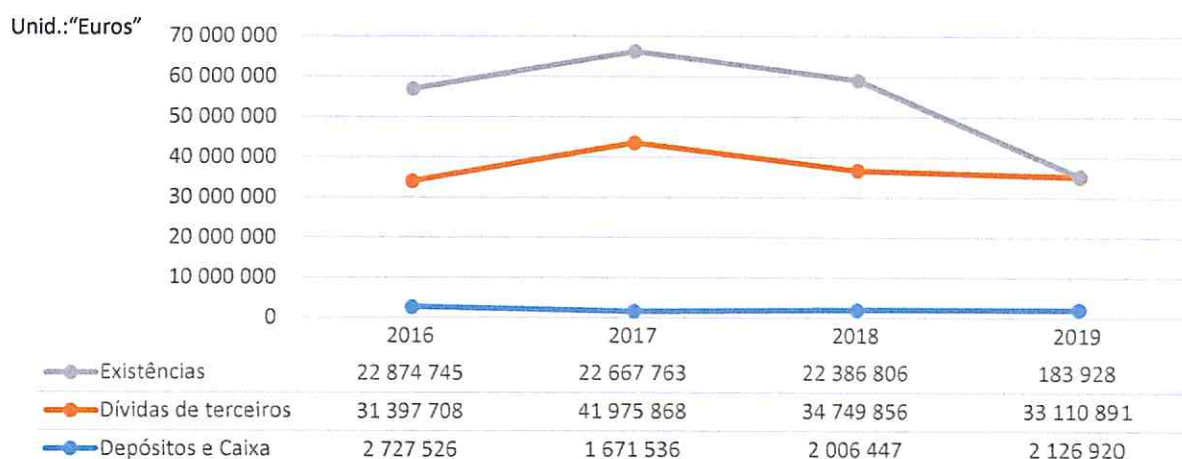


As “Obrigações e Títulos de Participação” decorre do estipulado no Artigo 303.º, da Lei de Orçamento de Estado de 2018, fixando-se a prestação anual do Fundo de Apoio Municipal para 2019, em 207 197, 50€, ou seja, uma redução de 50% face ao ano anterior.

4.1.2 CIRCULANTE

O Ativo Circulante é composto pelas componentes identificadas no gráfico a seguir e apresenta no final do exercício económico um saldo de 35,4 milhões de euros.

GRÁFICO 22: ESTRUTURA DO CIRCULANTE, 2016-2019



As existências no final do ano de 2019 totalizaram o montante de 184 milhares de euros, ou seja, um diferencial de 99%, correspondendo a uma variação negativa de 22,2 milhões de euros devido à regularização da conta 32.3 Habitação Social, para a conta Imobilizações Corpóreas (Habitação).

As dívidas de terceiros refletem os valores a receber decorrentes das operações derivadas de relações com terceiros atendendo, simultaneamente, às diferentes espécies de entidades e às diversas naturezas de operações. As dívidas de terceiros contabilizaram um total de 33 milhões de euros, tendo-se verificado uma diminuição de 1,6 milhões de euros relativamente ao ano anterior, causada pela redução de saldos nas contas de Contribuintes, por via dos impostos indiretos (loteamentos e obras, publicidade e outros), e por fim, taxas (multas e outras penalidades). Já na conta de Utentes, verificou-se uma redução na conta Prestações de Serviços, relacionados com mercados e feiras e instalações desportivas, culturais e recreativas, evidenciando uma melhor cobrança.

No final do exercício, as contas refletidas nos “Outros devedores” registam o valor de 24,8 milhões de euros, uma diminuição de 2 milhões de euros comparativamente a 2018. Neste grupo destacam-se os saldos, a favor do Município, de ativos reconhecidos com origem nos Fundos Comunitários, no montante de 7,6 milhões de euros referente a candidaturas aprovadas, mas cujo recebimento só irá ocorrer em exercícios económicos futuros.



Das inúmeras candidaturas aprovadas, realçamos as seguintes: o Interface de Setúbal, a Requalificação da Envolvente do Convento de Jesus, Intervenções na encosta do Forte de São Filipe, Regularização do troço final da Ribeira da Figueira e Bacias de Retenção, Programa Municipal de Educação pela Arte e pelas Ciências Experimentais, Pria (Percurso em rede na inclusão social) – Setúbal, Obras de Prevenção de Cheias, entre outras.

A 31 de dezembro, as Disponibilidades - Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa – aumentaram em 120 mil euros, correspondente a uma variação de 6%, face ao ano transato.

4.1.3 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

QUADRO 37: ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018 EUR	Δ 2019/2018 %
Acréscimos de proveitos	366 334 188	35 233 545	38 965 440	38 808 101	-157 339	0%
Custos diferidos	109 914	126 476	175 809	142 209	-33 600	-19%
Total Acréscimos e Diferimentos	36 444 102	35 360 020	39 141 249	43 478 298	4 337 049	11%

Os Acréscimos e Diferimentos totalizam o valor de 43,5 milhões de euros, distribuídos em acréscimos de proveitos com 38,8 milhões de euros e Custos Diferidos, com 142 milhares de euros.

Na rubrica acréscimos de proveitos encontram-se contabilizadas as estimativas de proveitos a receber em período posterior, nomeadamente, oriundos de impostos municipais, tais como: o imposto municipal sobre imóveis, a derrama e a participação fixa no IRS. Da análise do quadro observa-se um ligeiro desvio de 157 milhares de euros, enquanto que os Custos Diferidos, registam uma descida na ordem dos 19% associados a encargos com rendas.

4.1.4 FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

A estrutura financeira do balanço é composta pelos Fundos Próprios e Passivo.

GRÁFICO 23: FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO, 2019





Em 2019, os fundos próprios e o passivo do Município totalizam 410 milhões de euros, em que os fundos próprios representam 73% e o passivo 27% do balanço, respetivamente.

QUADRO 38: BALANÇO - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO, 2016-2019

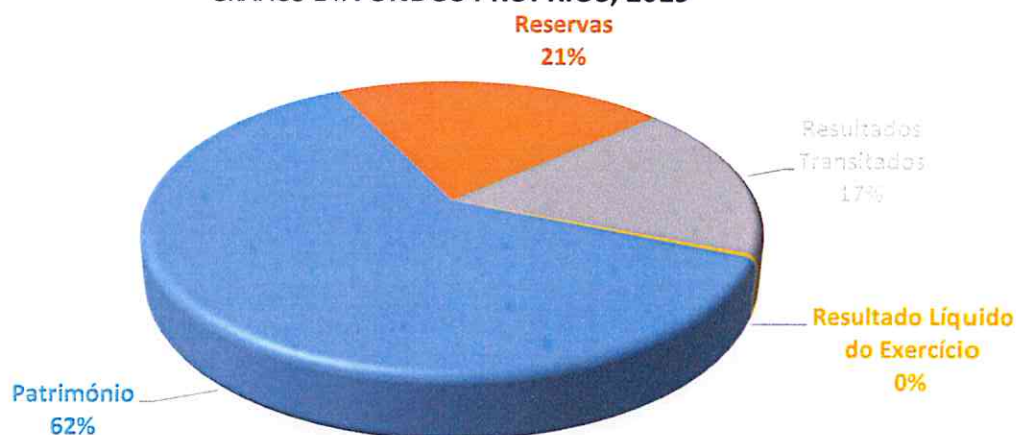
Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Fundos próprios	286 875 940	294 706 566	298 691 887	299 553 674	861 787	0%
Passivo	105 357 169	111 371 111	112 767 887	111 180 505	-1 587 382	-1,4%
Total Fundos Próprios + Passivo	392 233 108	406 077 677	411 459 774	410 734 179	-725 595	4%

Ao longo do quadriénio 2016-2019, o total dos fundos próprios e do passivo tem registado um crescimento. Contudo, de 2018/2019 verificou-se uma quebra na ordem dos 4%, com a redução do passivo a contribuir para essa inversão, com menos 1,6 milhões de euros.

Os Fundos Próprios aumentaram, em 2016, de 70% para 73%, mantendo-se atualmente nesse nível, enquanto que o Passivo sofreu uma redução, no mesmo período, de 30% para 27%.

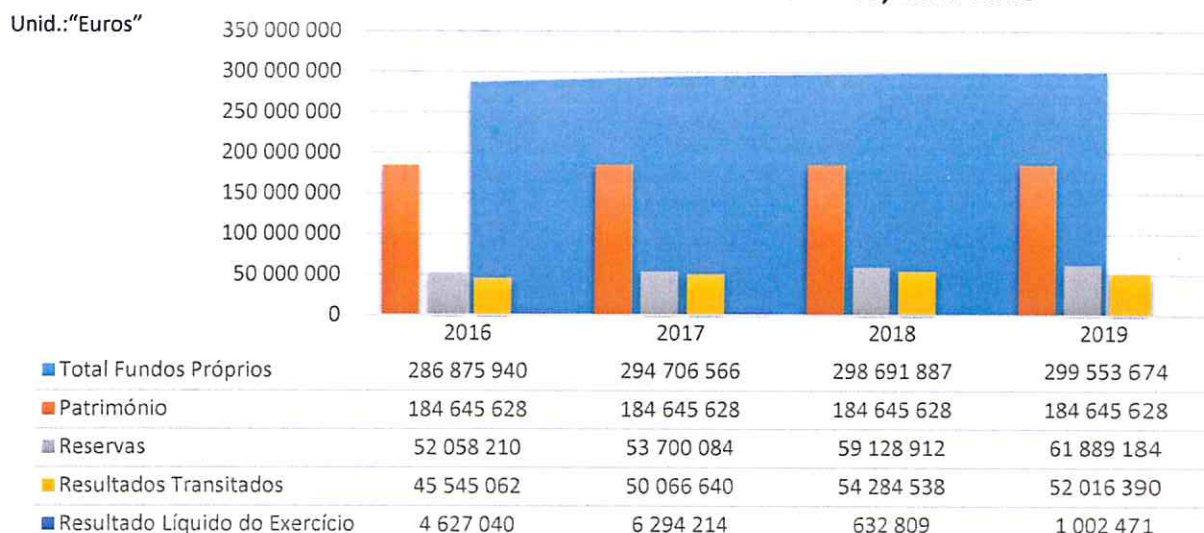
4.1.4.1 FUNDOS PRÓPRIOS

GRÁFICO 24: FUNDOS PRÓPRIOS, 2019



Como se pode verificar, ao nível dos Fundos Próprios do Município, o Património é a componente mais relevante, representando 62% do total. Quanto aos restantes elementos, as Reservas representam 21%, os Resultados Transitados 17 %, e por último, o Resultado Líquido do Exercício de 2019, possui uma expressão residual (0,33%), no total dos Fundos Próprios.

GRÁFICO 25: COMPONENTES DOS FUNDOS PRÓPRIOS, 2016-2019



Todas as componentes dos fundos próprios evoluíram de forma positiva, com destaque para o Resultado Líquido do Exercício, o qual teve um incremento de 370 mil euros face ao período anterior, uma vez que não sofreu os efeitos verificados no período anterior, com o provisionamento do encerramento da participação do Município na Sociedade SetubalPólís, assim como, pela regularização de lançamentos contabilísticos relacionados com os acertos de proveitos de resíduos sólidos registados nos anos anteriores.

As Reservas aumentaram 2,7 milhões de euros, devido à contabilização de doações efetuadas a favor do Município, à contabilização de diversas parcelas de terrenos que pertencem ao imobilizado municipal, assim como, pela reavaliação ao valor atual do direito de superfície referente a um lote possuído na Herdade de Negreiros, no valor de 1,6M€.

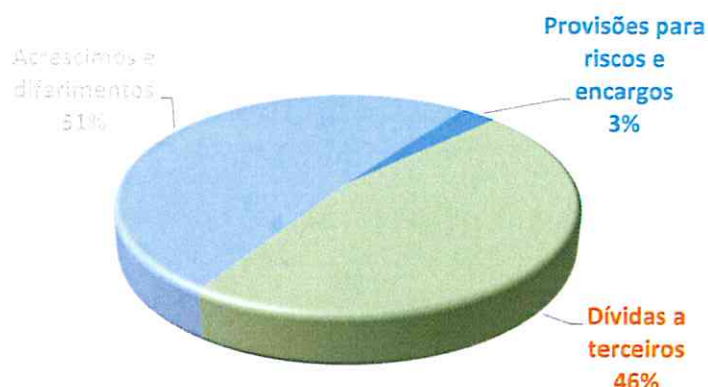
Os Resultados Transitados registaram um decréscimo de 2,2 milhões de euros, proveniente do efeito conjugado da aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2018 (+ 601K €) com a regularização de custos a reconhecer no exercício, sendo atenuado pelas correções de amortizações e regularizações de diversas candidaturas referentes ao ano de 2018.

4.1.4.2 PASSIVO

O Passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação.

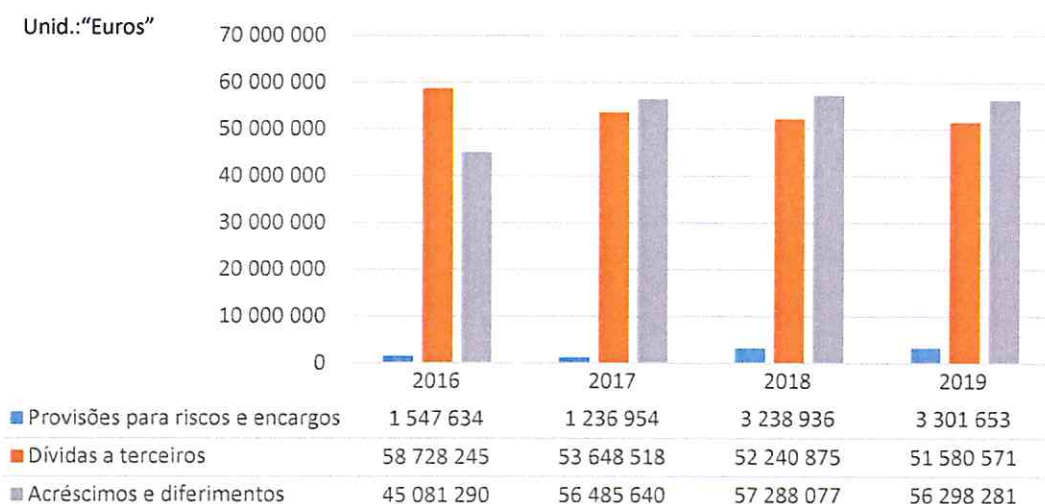
Ele representa as obrigações do Município, sendo constituído por provisões para riscos e encargos, por dívidas a terceiros e por acréscimos e diferimentos.

GRÁFICO 26: PASSIVO, 2019



A evolução da estrutura do passivo encontra-se demonstrada no gráfico a seguir:

GRÁFICO 27: ESTRUTURA DO PASSIVO



As Provisões para riscos e encargos, tiveram um ligeiro aumento de 63 mil euros face ao período anterior, em consequência da anulação da provisão de 2018 de processos judiciais terminados e da constituição de provisões de 2019 para novos processos judiciais que estão a decorrer em Tribunal, assentes na avaliação ao risco destes processos. As provisões para riscos e encargos, possuem pouca relevância na estrutura do passivo, representando apenas 3% do total.

Em 2019, as Dívidas a Terceiros, que representam 46% do passivo, no valor de 51,6 milhões de euros, têm tido uma redução consistente ao longo do quadriénio em análise, registando no ano em apreço uma diminuição de 660 mil euros face a 2018.



QUADRO 39: DÍVIDAS A TERCEIROS, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Empréstimos	30 559 471	28 217 110	28 536 693	27 214 934	-1 321 759	-5%
Fornecedores - Locação Financeira		408 627	1 175 672	2 510 090	1 334 418	114%
Fornecedores	22 730 480	20 203 752	19 217 552	19 156 209	-61 343	0%
Clientes e Fornecedores c/cauções	1 114 335	1 197 774	1 425 896	1 548 965	123 069	9%
Estado e outros entes públicos	1 855 848	1 483 259	1 065 980	696 275	-369 705	-35%
Outros credores	2 468 111	2 137 996	819 083	454 098	-364 985	-45%
Total Dívidas a Terceiros	58 728 245	53 648 518	52 240 875	51 580 571	-660 304	-1%

Os acréscimos de custos servem de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, mas sem documentação vinculativa, cuja despesa só venha a ocorrer em exercício posterior. Nesta rúbrica são registados os custos com faturação diversa, a estimativa referente a férias, subsídios de férias e encargos.

Os proveitos diferidos dizem respeito a proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, por exemplo, as rendas obtidas de aluguer de imóveis, habitação social e concessão de espaços.

QUADRO 40: ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Acréscimos de Custos	7 460 775	8 530 331	7 485 027	7 420 762	-64 265	-0,86%
Proveitos diferidos	37 620 514	47 955 308	49 803 049	48 877 519	-925 530	-2%
Total Acréscimos e Diferimentos	45 081 290	56 485 640	57 288 077	56 298 281	-989 796	1%

Os acréscimos e diferimentos representam 51% do passivo do Município. Em 2019, os acréscimos de custos tiveram um ligeiro decréscimo face ao período anterior, beneficiando da diminuição considerada nos outros acréscimos de custos (- 406K €) face a 2018. Esta diminuição foi suficiente para absorver o aumento em 340 mil euros tido com a estimativa referente a férias, subsídio de férias e encargos.

Por seu turno, os proveitos diferidos contribuíram com uma quebra de 2% por comparação ao período homólogo. A contribuir para essa descida encontra-se o movimento contabilístico referente aos subsídios para investimento decorrente de candidaturas no âmbito do FEDER (-307k €) e do Fundo de Coesão (-1,7M €).

De salientar que as candidaturas tidas no âmbito do Fundo Social Europeu tiveram um contributo positivo em 1,1 milhões de euros, ainda que não suficiente para mitigar a quebra verificada nos proveitos diferidos.



4.2 FINANCIAMENTO BANCÁRIO E ENDIVIDAMENTO

QUADRO 41: DÍVIDA BANCÁRIA MLP, 2016 - 2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Empréstimos excecionados	6 408 999	5 405 868	6 494 005	6 278 463	-215 542	-3%
Empréstimos não excecionados	24 150 472	22 811 242	22 042 687	20 936 471	-1 106 216	-5%
Locação Financeira	0	408 627	1 175 672	2 510 090	1 334 418	114%
Total do capital em dívida	30 559 471	28 625 737	29 712 365	29 725 024	12 659	0,04%

Em 2019, a dívida resultante de financiamento bancário foi de 29,7 milhões de euros, não variando muito relativamente ao ano transato (aumentando apenas 13 milhares de euros). Esta dívida é composta por 27,2 milhões de euros de empréstimos de médio e longo prazo e 2,5 milhões de euros em contratos de locação financeira.

QUADRO 42: SERVIÇO DA DÍVIDA MLP, 2016 - 2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Juros	96 212	82 630	94 525	164 711	70 186	74%
Amortizações	4 449 252	4 477 495	4 504 210	4 706 618	202 408	4%
Total	4 545 464	4 560 125	4 598 735	4 871 329	272 594	6%
Taxa de Crescimento	-4%	0,3%	0,8%	6%	5%	600%

Analisando o serviço da dívida, verifica-se que esta teve um incremento de 5% relativamente ao ano anterior, originada pela contratação de nova dívida bancária. Este aumento não foi muito significativo tendo em conta a taxa de juro de referência ter permanecido negativa ao longo do ano 2019 e devido ao cumprimento dos planos de pagamento dos financiamentos obtidos.

QUADRO 43: LOCAÇÃO FINANCEIRA, 2016 - 2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Capital em dívida em 01/jan	0	0	408 627	1 175 672	767 045	188%
Locações	0	423 663	777 925	1 365 638	587 713	76%
Acertos de dívida contraída	0	0	22 913	0	-22 913	-100%
Amortizações	0	15 037	33 793	31 220	-2 573	-8%
Juros	0	2 766	5 400	27 452	22 052	408%
Capital em dívida em 31/dez	0	408 627	1 175 672	2 510 090	1 334 418	114%
Variação anual do Endividamento Bancário (Locação Financeira)	0	408 627	767 045	1 334 418	567 373	74%

A contração de dívida de locação financeira, teve início em 2017, com a celebração de dois contratos, um para a aquisição de equipamento informático a 4 anos e outro para a aquisição de 5 prédios urbanos com a duração de 12 anos. Em 2018, houve a aquisição de dois prédios urbanos também a 12 anos. Em 2019, celebraram-se dois contratos, um para a aquisição do prédio urbano "Praça de Touros" a 12 anos e outro para a aquisição de equipamento de eficiência energética a 5 anos, registando-se assim um crescimento destes encargos em 114%.



A dívida de locação financeira no final de 2019, situa-se em 2,5 milhões de euros, da qual 76 milhares de euros são exigíveis a CP e 2,4 milhões de euros serão pagos a MLP (anos de 2021 e seguintes).

Relativamente aos encargos com o contrato de aquisição de equipamento de eficiência energética, é de ressaltar que a renda n.º 1 foi descontada da conta bancária associada, a 18 de dezembro, tendo sido realizada a sua especialização, refletindo assim os encargos na contabilidade patrimonial, ainda sem registo na execução orçamental, a regularizar no ano seguinte.

QUADRO 44: EMPRÉSTIMOS MLP, 2016 - 2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Capital em dívida em 01/janeiro	35 006 723	30 559 471	28 217 110	28 536 693	319 583	1%
Utilizações dos empréstimos	0	2 115 801	4 790 000	3 353 638	-1 436 362	-30%
Acertos de dívida contraída	2 000	4 296	0	0	0	0
Amortizações	4 449 252	4 462 458	4 470 417	4 675 397	204 980	5%
Juros	96 212	79 865	89 125	137 259	48 134	54%
Capital em dívida em 31/dezembro	30 559 471	28 217 110	28 536 693	27 214 934	-1 321 759	-5%
Variação anual do Endividamento Bancário (Empréstimos MLP)	-4 447 252	-2 342 361	319 583	-1 321 759	-1 641 342	-514%

Em 2019, o stock da dívida decresceu em cerca de 1,3 milhões de euros, decorrente das amortizações regulares do ano que foram superiores à contratação de dois novos empréstimos, um para financiamento de obras, no montante de 2 milhões de euros, e outro para o sistema de defesa da floresta contra incêndios, no montante de 103 mil euros, bem como, à libertação de capital de empréstimos contraídos no ano anterior, mas não totalmente utilizados, no valor de 1,2 milhões de euros. Esta dívida no final do ano, situa-se em 27,2 milhões de euros, da qual 4,5 milhões de euros são exigíveis a CP e cerca de 22,7 milhões de euros serão pagos a MLP (anos 2021 e seguintes).

QUADRO 45: EMPRÉSTIMOS CP, 2016 - 2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Capital em dívida em 01/janeiro	7 500 000	0	0	0	0	0%
Utilizações dos empréstimos	10 000 000	4 500 000	6 800 000	7 500 000	700 000	10%
Amortizações	17 500 000	4 500 000	6 800 000	7 500 000	700 000	10%
Capital em dívida em 31/dezembro	0	0	0	0	0	0%
Variação anual do Endividamento Bancário (Empréstimos CP)	-7 500 000	0	0	0	0	0%

Em 2019, o Município contraiu um empréstimo de CP, no valor de 10 milhões de euros, para equilíbrio de tesouraria.

Ao longo do ano foi utilizado o valor total de 7,5 milhões de euros desse empréstimo, tendo sido o mesmo totalmente amortizado até ao final do ano.



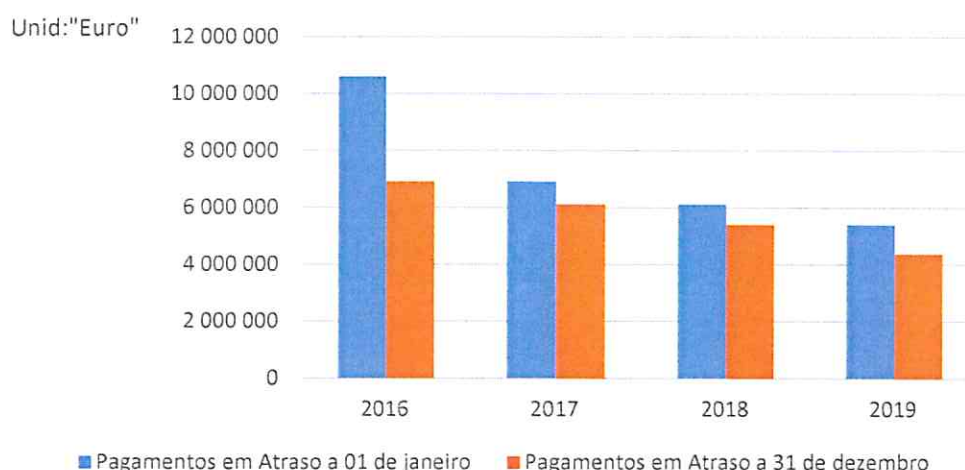
4.3 ENDIVIDAMENTO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

No âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deverá ser verificada a existência de pagamentos em atraso (faturas, contratos ou documentos equivalentes com mais de 90 dias após a data de vencimento), para efeitos de cálculo da previsão da receita efetiva própria no quadro do cálculo dos Fundos Disponíveis.

A 31 de dezembro de 2019, os pagamentos em atraso eram no valor de 4,4 milhões de euros, correspondendo a uma redução de 1 milhão de euros, cerca de 19%, relativamente ao ano transato, cumprindo-se dessa forma o disposto no Artigo 7.º, do Diploma em apreço.

Conseguindo o Município superar a meta da redução do endividamento - até ao final do ano, existia a obrigatoriedade de reduzir no mínimo 10% dos pagamentos em atraso registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), que correspondia ao montante de 577 mil euros, de acordo com o n.º 1, do Artigo 89.º, da LOE 2019 - tendo sido obtida uma redução da dívida em atraso no valor de 1,4 milhões de euros.

GRÁFICO 28: EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO



No final do ano, a dívida total de operações orçamentais foi de 46,5 milhões de euros, já considerando o contributo das entidades relevantes, revelando uma diminuição de 6,8% em relação ao ano transato.

Foram cumpridos os limites definidos com uma margem disponível, para efeitos de endividamento, de 13,3 milhões de euros.

Apesar do decréscimo da dívida total, o prazo médio de pagamento aumentou em 45 dias, em comparação com o ano 2018, situando-se nos 192 dias no final do ano.



4.4 EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL E INDICADORES FINANCEIROS

Dispõe o Artigo 40.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que na elaboração do orçamento municipal devem ser contempladas as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, com o objetivo de alcançar o equilíbrio orçamental. Assim, sem prejuízo do anteriormente citado, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida da amortização média de empréstimos de médio e longo prazo.

QUADRO 46: REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL, 2019

Descrição	Execução
Receitas correntes cobradas brutas (1)	76 626 975
Despesas correntes pagas (2)	65 129 157
Amortização Média dos Empréstimos (3)	4 954 294
(4) = (2) + (3)	70 083 451
Regra do Equilíbrio Orçamental (1) - (4)	6 543 524

Em 2019, o Município obteve um excedente de 6,5 milhões de euros, isto é, as receitas correntes cobradas (76,6M €) foram em montante superior às despesas correntes pagas acrescidas da amortização média dos empréstimos (70,1M €), cumprindo assim com a regra do equilíbrio orçamental.

Apresentam-se agora alguns indicadores decorrentes da análise do Balanço de 2019.

INDICADORES		2019	OBSERVAÇÕES
Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	299.553.674	269%
	Passivo	111.180.505	
Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global da entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, i.e., evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de CP e MLP). Põe, assim, em destaque o grau de independência da entidade face aos seus credores.			
Solvabilidade II	Ativo Líquido	410.734.179	369%
	Passivo	111.180.505	
Este indicador dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, pois caso seja inferior, a unidade evidencia uma situação líquida negativa.			
Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	299.553.674	73%
	Ativo Líquido	410.734.179	
Este indicador evidencia a parte do ativo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores, devendo ser superior a 33%.			



INDICADORES		2019		OBSERVAÇÕES
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante + Realizável MLP}}{\text{Passivo Circulante + Exigível MLP}}$	$\frac{35.421.739}{51.580.571}$	69%	Este indicador mede o grau de capacidade de assumir todos os compromissos, revelando a liquidez de longo prazo. Não considera todo o ativo porque existem itens no ativo que não serão convertidos em dinheiro nem mesmo a longo prazo, como por exemplo: investimentos, imobilizado e intangível.
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{35.421.739}{27.667.290}$	128%	Este indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo ativo circulante. Deve ser superior a 100% (situação de equilíbrio financeiro mínimo). Se for inferior a 100%, mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo. Quando maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a CP podem ser pagos nos prazos adequados.
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{2.126.920}{27.667.290}$	8%	Este indicador mede a capacidade de cobertura das disponibilidades em relação ao Passivo circulante. Deve apresentar valor elevado de forma a ser possível cobrir a grande parte das responsabilidades perante terceiros.
Indicador das Imobilizações	$\frac{\text{Fundo Patrimonial}}{\text{Imobilizado Líquido}}$	$\frac{299.553.674}{336.362.130}$	89%	Avalia cobertura do imobilizado pelo fundo patrimonial. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando se o fundo patrimonial é suficiente para financiar o imobilizado ou se é necessário utilizar financiamentos externos.
% Imobilizado Líquido Total	$\frac{\text{Imobilizado Líquido}}{\text{Ativo Líquido}}$	$\frac{336.362.130}{410.734.179}$	82%	Permite aferir a importância relativa do imobilizado no conjunto do ativo líquido da autarquia. Quanto maior a %, maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do ativo.
Endividamento I	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo Líquido}}$	$\frac{111.180.505}{410.734.179}$	27%	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao passivo.
Endividamento II	$\frac{\text{Dividas (MLP+CP)}}{\text{Ativo Líquido}}$	$\frac{51.580.571}{410.734.179}$	13%	Mede o peso de capitais alheios no financiamento das atividades da entidade, indicando a dependência em relação a recursos de terceiros (bancos, fornecedores, recursos da atividade laboral e tributária. Uma participação próxima de 100% denota insolvência e extrema dependência de terceiros. Numa situação ideal deve ser $\leq 60\%$.

Da análise dos rácios financeiros pode-se concluir que o rácio de liquidez imediata é baixo, refletindo a existência de dificuldades em fazer face às responsabilidades de curto prazo. Os restantes indicadores, conforme se podem verificar, apresentam valores equilibrados.



5. ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PERÍODO E SUA EVOLUÇÃO

5.1 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

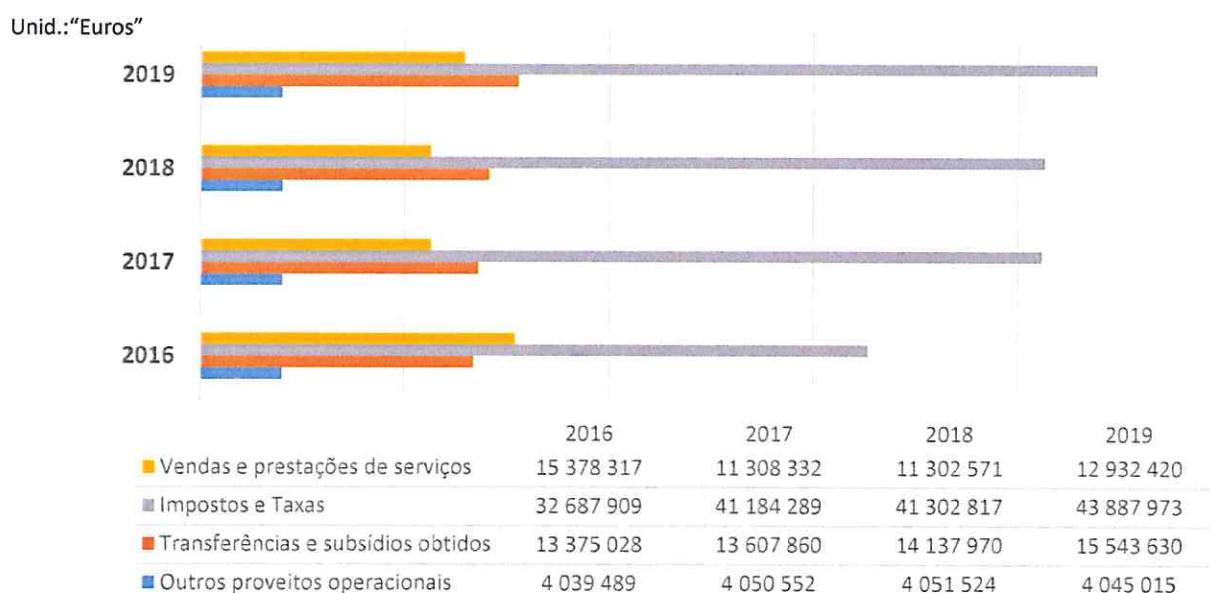
A análise da demonstração de resultados, apoiada nos quadros seguintes, permite refletir sobre o desempenho económico ocorrido no exercício, comparando-o com o ano transato, detalhando a formação do resultado líquido de um exercício pela confrontação das receitas, custos e despesas.

QUADRO 47: RESULTADOS OPERACIONAIS, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Proveitos e ganhos Operacionais	65 480 742	70 151 033	70 794 882	76 409 038	5 614 156	8%
Custos e perdas Operacionais	61 651 214	65 765 237	70 213 935	73 954 142	3 740 207	5%
Resultados Operacionais	3 829 529	4 385 796	580 947	2 454 896	1 873 949	323%

No ano 2019, os resultados operacionais fixaram-se nos 2,4 milhões de euros, verificando-se um aumento exponencial de 323%, relativamente ao ano anterior, sustentado no aumento generalizado dos proveitos e ganhos operacionais, aliado à diminuição de cerca de 72% do custo com as provisões do exercício.

GRÁFICO 29: PROVEITOS OPERACIONAIS, 2016-2019



Os proveitos operacionais congregam as vendas e prestações de serviços, os impostos e taxas, as transferências e subsídios, e outros proveitos operacionais.

No gráfico anterior, está representada a estrutura dos proveitos operacionais do Município, nomeadamente a sua composição e relevância para o valor do agregado, ao longo do quadriénio 2016/19.



Estes resultados são decorrentes das atividades do Município, tendo totalizado o montante de 76,4 milhões de euros, superando em 5,6 milhões de euros o valor apurado no ano passado.

As vendas e prestações de serviços, com um peso de 17% relativamente ao total dos proveitos e ganhos operacionais, atingiram um aumento de 1,6 milhões de euros em relação ao ano transato. A oscilação mais importante foi com as prestações de serviços (+ 1,6M €), com destaque para os proveitos gerados pelas cobranças de tarifas de resíduos urbanos (5,4M €), concessão de exploração de espaços (2M €), rendas de habitação (999K €).

Destacam-se ainda, os impostos e taxas, sendo o montante mais significativo para o total dos proveitos e ganhos operacionais, contribuindo com 57%, isto é, 43,9 milhões de euros. Dentro dos impostos, o maior contributo advém dos impostos diretos, nomeadamente, do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis.

As transferências e subsídios obtidos, em 2019, atingiram 15,5 milhões de euros, significando um acréscimo de 10%, face a 2018. Do montante apurado, assumem relevância as transferências da Administração Central decorrentes do Orçamento de Estado, nomeadamente, o Fundo de Equilíbrio Financeiro, o Fundo Social Municipal e a Participação Fixa do IRS, representando 89% dos proveitos por via de transferências.

Os outros proveitos e ganhos operacionais, representam 4 milhões de euros, não apresentando oscilações significativas em 2019 face ao ano transato. O montante apurado, advém na sua maioria da receita obtida da renda de concessão das Águas do Sado, SA, originando os proveitos nos anos demonstrados, acima de 4 milhões de euros.

O gráfico seguinte representa a estrutura do custos e perdas operacionais do Município e a respetiva evolução ao longo do quadriénio 2016-2019.





Os custos operacionais agregam os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, os fornecimentos e serviços externos, os custos com pessoal, as transferências e subsídios correntes concedidos, as amortizações e as provisões do exercício, e os outros custos operacionais.

O agregado dos custos operacionais totaliza 73,9 milhões de euros, representando um acréscimo de 5% face ao ano transato.

Os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, as amortizações do exercício, e os outros custos operacionais não tiveram oscilações significativas em 2019, e os fornecimentos e serviços externos obtiveram um ligeiro aumento de 249 milhares de euros, face a 2018.

Comparando com o ano anterior, o crescimento dos custos e perdas operacionais foi impulsionado sobretudo pelos custos com pessoal (+ 3M €) e pelas transferências e subsídios correntes concedidos (+ 1,8 M €), apesar da diminuição das provisões do exercício (- 1,4M €).

Em relação aos custos com pessoal, registando um valor de 31,7 milhões de euros, o aumento verificado, de 3 milhões de euros, resulta do processo de integração de funcionários ao abrigo do PREVPAP, do reposicionamento das carreiras e da reorganização da estrutura organizacional do Município.

Relativamente aos 7,8 milhões de euros registados nas transferências e subsídios correntes concedidos, o aumento verificado de 31%, é reflexo do aumento da transferência efetuada para a Área Metropolitana de Lisboa (AML) no âmbito do protocolo celebrado para a utilização dos munícipes do Passe Navegante Metropolitano, conforme explanado no capítulo da Despesa – Transferências de Capital.

QUADRO 48: RESULTADOS FINANCEIROS, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Proveitos e ganhos Financeiros	21 518	24 656	23 684	10 132	-13 552	-57%
Custos e perdas Financeiros	1 046 328	1 034 879	628 442	1 502 632	874 190	139%
Resultados Financeiros	-1 024 810	-1 010 223	-604 758	-1 492 500	-887 742	-147%

Os resultados financeiros registaram o valor negativo de 1,5 milhões de euros, uma vez que os custos superaram os proveitos em 1,5 milhões de euros, verificando-se um acréscimo na ordem dos 874 milhares de euros face ao ano transato.

Este acréscimo de 139% nos custos financeiros, advém do aumento dos juros de mora e de atraso de pagamento, dos juros com contratos de locação financeira e dos juros dos empréstimos obtidos.

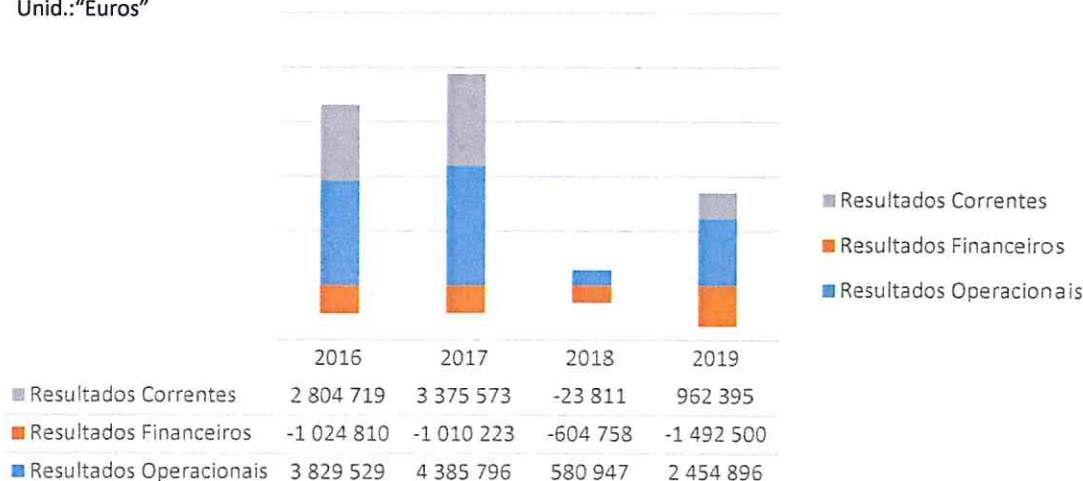
Por sua vez, os ganhos financeiros decresceram 13 milhares de euros, consequência da diminuição da arrecadação com as rendas de imóveis (8K €), não tendo havido registo de dividendos referentes à participação do Município no Fundo de Apoio Municipal (4K €).



Outros factos relevantes que contribuíram para o desempenho financeiro do Município no exercício de 2019, já foram anteriormente explanados no capítulo do financiamento bancário.

GRÁFICO 31: ESTRUTURA DOS RESULTADOS CORRENTES, 2016-2019

Unid.: "Euros"



Os resultados correntes com o montante de 962 milhares de euros, sintetizam toda a atividade antes de custos e proveitos extraordinários. O gráfico supra, ilustra a estrutura de resultados correntes do Município ao longo do quadriénio 2016-2019.

QUADRO 49: RESULTADO DE OPERAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS, 2016-2019

Descrição	2016	2017	2018	2019	Δ 2019/2018, EUR	Δ 2019/2018, %
Proveitos Extraordinários	2 414 782	3 775 880	1 788 910	2 331 220	542 310	30%
Custos e perdas Extraordinários	592 460	857 240	1 132 290	2 291 145	1 158 855	102%
Resultado Extraordinárias	1 822 322	2 918 641	656 621	40 075	-616 545	-94%

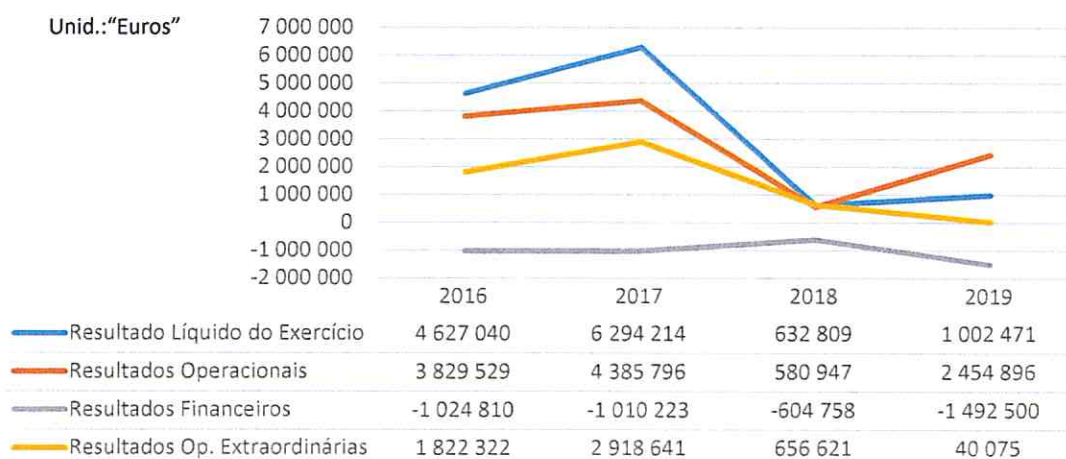
O resultado das operações extraordinárias, no montante de 40 mil euros, provém do registo de proveitos e custos não correntes, registando uma quebra de 94%, face ao ano anterior.

Os custos e perdas extraordinárias com o valor de 2,3 milhões de euros, representou uma variação de 1,1 milhões de euros face a 2018 (+ 102%). Para esta variação contribuiu o acréscimo na alienação de imobilizações corpóreas (+ 724 K €), e das correções relativas a anos anteriores, nomeadamente as restituições (+ 351K €) e de outras correções (+ 136K €), e também devido ao aumento das transferências de capital para as juntas de freguesia (+277K €), o qual não foi suficientemente compensado pelo decréscimo nos abates de imobilizado (- 277K €).



O aumento de 30% dos proveitos e ganhos extraordinários face a 2018 é, essencialmente, justificado pelo acionamento de garantias devido ao incumprimento da execução de anomalias nas empreitadas: “Recuperação e Valorização do Convento de Jesus” e na “Urbanização do loteamento da Quinta da Amizade” (+ 336K €). Outro aspeto que também contribuiu para a subida verificada dos proveitos extraordinários, assenta na melhoria da aplicação de penalidades contratuais/coimas (+ 139K €), e também a anulação de provisões de cobrança duvidosa (+132K €), devido ao seu recebimento efetivo no ano 2018.

GRÁFICO 32: COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, 2016-2019



O resultado líquido e todas as componentes (resultados) que o influenciam estão representados no gráfico supra, ao longo do quadriénio de 2016-2019. O resultado líquido do exercício resulta do efeito conjugado do resultado operacional, do resultado da atividade financeira e dos factos reconhecidos nas operações extraordinárias.

Em 2019, foi apurado um resultado líquido no valor de um milhão de euros.

5.2 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS FECHO DO EXERCÍCIO

Tendo em consideração a necessidade súbita de alteração de procedimentos decorrente da COVID-19, manifestada quer a nível de circulação de pessoas quer em termos de higienização de espaços, entre outras medidas que o município teve que implementar e adotar para continuar a dar resposta à população, numa altura de maior necessidade, importa salientar que na situação vivida foram adotadas as medidas necessárias no que diz respeito aos impactos (ou potenciais impactos) decorrentes desta Pandemia, pelo que o pressuposto da continuidade se mantém apropriado na preparação das demonstrações financeiras.



5.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando o Resultado Líquido do Exercício de 2019 – 1.002.471,13€ (Um milhão, Dois mil, Quatrocentos e Setenta e Um euros e Treze cêntimos), propõe-se que o mesmo seja aplicado de acordo com o legalmente estipulado no ponto 2.7.3.5, do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro):

Reservas Legais (5%)	Resultados Transitados (95%)
50.123,56€	952.347,57€

Setúbal, 25 de maio de 2020

A Presidente da Câmara

(Maria das Dores Meira)



LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA, 2019.....	3
QUADRO 2: SALDOS NO INÍCIO E NO FIM DO EXERCÍCIO, 2016-2019.....	4
QUADRO 3: RECEITA TOTAL, 2016-2019.....	4
QUADRO 4: RECEITAS CORRENTES, 2016-2019.....	7
QUADRO 5: RECEITAS DE CAPITAL, 2016-2019.....	9
QUADRO 6: OUTRAS RECEITAS, 2016-2019.....	10
QUADRO 7: RECEITA POR GRANDES AGREGADOS, 2016-2019.....	10
QUADRO 8: RECEITA FISCAL (IMPOSTOS DIRETOS), 2016-2019.....	12
QUADRO 9: RECEITA PROVENIENTE DA ATIVIDADE MUNICIPAL, 2016-2019.....	12
QUADRO 10: TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, 2016-2019 (ATIVIDADE MUNICIPAL).....	13
QUADRO 11: VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES, 2016-2019 (ATIVIDADE MUNICIPAL).....	13
QUADRO 12: OUTRAS, 2016-2019 (ATIVIDADE MUNICIPAL).....	14
QUADRO 13: RECEITA PATRIMONIAL, 2016-2019.....	15
QUADRO 14: TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL, 2016-2019.....	16
QUADRO 15: TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS - ESTADO (FEF+FSM+IRS), 2016-2019.....	16
QUADRO 16: EMPRÉSTIMOS, 2016-2019.....	17
QUADRO 17: RECEITA LIQUIDADADA POR COBRAR, 2019.....	18
QUADRO 18: RECEITA LIQUIDADADA POR COBRAR NO FINAL DO ANO, 2016-2019.....	19
QUADRO 19: EVOLUÇÃO DA DESPESA, 2019.....	20
QUADRO 20: EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DE DESPESA, %.....	21
QUADRO 21: DESPESAS CORRENTES, 2016-2019.....	22
QUADRO 22: DESPESAS DE CAPITAL, 2016-2019.....	24
QUADRO 23: DESPESA POR GRANDES AGREGADOS, 2016-2019.....	25
QUADRO 24: DESPESAS COM PESSOAL, 2016-2019.....	26
QUADRO 25: DESPESAS COM PESSOAL, 2016-2017 (ABONOS VARIÁVEIS).....	27
QUADRO 26: ENCARGOS FINANCEIROS, 2016-2019.....	27
QUADRO 27: AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, 2016-2019.....	28
QUADRO 28: TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL, 2016-2019.....	29
QUADRO 29: DESPESAS DE INVESTIMENTO, 2016-2019.....	30
QUADRO 30: OUTRAS DESPESAS, 2016-2019.....	31
QUADRO 31: COMPROMISSOS, 2016-2019.....	33
QUADRO 32: GRANDES OPÇÕES DO PLANO, 2016-2019.....	35
QUADRO 33: GOP POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL, 2016-2019.....	36
QUADRO 34: BALANÇO - ATIVO LÍQUIDO, 2016-2019.....	40
QUADRO 35: IMOBILIZADO FIRME, 2016-2019.....	42
QUADRO 36: INVESTIMENTOS FINANCEIROS, 2016-2019.....	42



QUADRO 37: ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS, 2016-2019.....	44
QUADRO 38: BALANÇO - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO, 2016-2019.....	45
QUADRO 39: DÍVIDAS A TERCEIROS, 2016-2019.....	48
QUADRO 40: ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS, 2016-2019.....	48
QUADRO 41: DÍVIDA BANCÁRIA MLP, 2016 – 2019.....	49
QUADRO 42: SERVIÇO DA DÍVIDA MLP, 2016 – 2019.....	49
QUADRO 43: LOCAÇÃO FINANCEIRA, 2016 – 2019.....	49
QUADRO 44: EMPRÉSTIMOS MLP, 2016 – 2019.....	50
QUADRO 45: EMPRÉSTIMOS CP, 2016 – 2019.....	50
QUADRO 46: REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL, 2019.....	52
QUADRO 47: RESULTADOS OPERACIONAIS, 2016-2019.....	54
QUADRO 48: RESULTADOS FINANCEIROS, 2016-2019.....	56
QUADRO 49: RESULTADO DE OPERAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS, 2016-2019.....	57

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO DA RECEITA SALDO DA GERÊNCIA, 2016-2019.....	5
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO DA RECEITA SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR (DETALHE).....	5
GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE / CAPITAL / OUTRAS, 2016- 2019.....	6
GRÁFICO 4: ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES, 2019.....	7
GRÁFICO 5: ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL, 2019.....	9
GRÁFICO 6: ESTRUTURA DA RECEITA POR GRANDES AGREGADOS.....	11
GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA, 2016-2019.....	20
GRÁFICO 8: EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE / CAPITAL, 2016-2019.....	21
GRÁFICO 9: ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES, 2019.....	22
GRÁFICO 10: ESTRUTURA DA DESPESA CORRENTE, 2016-2019.....	23
GRÁFICO 11: ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL, 2019.....	23
GRÁFICO 12: ESTRUTURA DA DESPESA DE CAPITAL, 2016-2019.....	25
GRÁFICO 13: ESTRUTURA DAS DESPESAS POR GRANDES AGREGADOS, 2019.....	26
GRÁFICO 14: DESPESA REALIZADA POR ORGÂNICAS, 2019.....	32
GRÁFICO 15: COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PAGAR POR UNIDADE ORGÂNICA.....	33
GRÁFICO 16: COMPROMISSOS TRANSITADOS / RECEITA DO ANO (%), 2016-2019.....	34
GRÁFICO 17: ESTRUTURA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, 2019 ORÇAMENTO / EXECUÇÃO.....	35
GRÁFICO 18: GRANDES OPÇÕES DO PLANO, 2019.....	36
GRÁFICO 19: ATIVO LÍQUIDO, 2019.....	38
GRÁFICO 20: COMPONENTES DO ATIVO LÍQUIDO, 2016-2019.....	39
GRÁFICO 21: ESTRUTURA DO IMOBILIZADO, 2016-2019.....	41



LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 22: ESTRUTURA DO CIRCULANTE, 2016-2019.....	43
GRÁFICO 23: FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO, 2019.....	44
GRÁFICO 24: FUNDOS PRÓPRIOS, 2019.....	45
GRÁFICO 25: COMPONENTES DOS FUNDOS PRÓPRIOS, 2016-2019.....	46
GRÁFICO 26: PASSIVO, 2019.....	47
GRÁFICO 27: ESTRUTURA DO PASSIVO, 2016-2019.....	47
GRÁFICO 28: EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, 2016-2019.....	51
GRÁFICO 29: PROVEITOS OPERACIONAIS, 2016-2019.....	54
GRÁFICO 30: CUSTOS OPERACIONAIS, 2016-2019.....	55
GRÁFICO 31: ESTRUTURA DE RESULTADOS CORRENTES, 2016-2019.....	57
GRÁFICO 32: COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, 2016-2019.....	58



Relatório de Gestão e Prestação de Contas

Termo de Encerramento

Este caderno contém 486 (Quatrocentas e Oitenta e Seis) folhas que todas vão numeradas.

Paços do Concelho, 29 de maio de 2020

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças



Paulo Jorge Simões Hortênsio